



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

**PARA ALÉM DA BAÍA DE GUAJARÁ: migrações em Arapiranga e Ilha das Onças
(1905-1950)**

ENOS BOTELHO SARMENTO

BELÉM

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ENOS BOTELHO SARMENTO

**PARA ALÉM DA BAÍA DE GUAJARÁ: migrações em Arapiranga e Ilha das Onças
(1905-1950)**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán.

BELÉM

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

ENOS BOTELHO SARMENTO

**PARA ALÉM DA BAÍA DE GUAJARÁ: migrações em Arapiranga e Ilha das Onças
(1905-1950)**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social da Amazônia.

Orientador: Prof. Dr. Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán.

Data da aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Professor Dr. Décio Marco Antônio de Alencar Guzmán (Orientador – UFPA)

Professor Dr. Francivaldo Alves Nunes (Examinador Interno – UFPA)

Professor Dr. João Marcelo Barbosa Dergan (Examinador Externo – CMA UFPA)

BELÉM

2024

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com
ISBD Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

B748p Botelho Sarmento, Enos.
Para além da baía de Guajará : migrações em Arapiranga e
Ilha das Onças / Enos Botelho Sarmento. — 2024.
102 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Décio Marco Antônio de
Alencar Guzmán
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de
Pós-Graduação em História, Belém, 2024.

1. Amazônia; Migração; Ilhas; Várzea. I. Título.

CDD 980.033

*Desde menino vim para a cidade!
Trouxe os meus livros leias,
Debaixo do braço e o ar de matuto
De quem tinha n'alma as raízes
Das paisagens, dos silêncios [...]*

Dalcídio Jurandir.

Aos meus pais, Laurival e Nilza.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de começar agradecendo primeiramente a Deus, pois sem a permissão Dele, nada seria possível. Somente por Ele e para Ele são todas as coisas. Obrigado meu Deus. Obrigado por cuidar de mim, cuidar da minha saúde mental, pela proteção nas inúmeras vezes que atravessei a baía de Guajará, muitas vezes com o mar revolto, com temporais, e apesar de tudo, o Senhor me protegeu. Obrigado Pai, por tanto amor e cuidado para comigo.

Agradeço a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas – FAPESPA, que financiou meus dois anos de pesquisa. A bolsa de mestrado financiada pela FAPESPA foi primordial para o desempenho das atividades de pesquisa de campo que incluíam despesas como deslocamento para as ilhas, hospedagem, alimentação entre outros custos. Minha gratidão, FAPESPA.

Meu pai, Laurival Sarmiento, que sempre me apoiou em minhas empreitadas acadêmicas, sendo várias vezes meu entrevistado, fornecendo informações que me levaram a grandes descobertas, sempre torcendo e proferindo palavras de incentivo para que tudo ocorresse dentro da normalidade, que eu conseguisse cumprir com todas as exigências do programa. Obrigado pai.

A minha mãe, Nilza Sarmiento, sempre muito atenciosa (desde sempre) comigo, não deixando uma vez sequer de levantar-se um pouco mais cedo em dias de aula das disciplinas obrigatórias do programa, para fazer aquele café delicioso, sempre orando por mim, me abençoando e desejando sucesso na empreitada. Obrigado mãe, você é minha joia rara, de estimado valor.

Ao meu primo e melhor amigo, Reinan Sarmiento, pelo incentivo de sempre, me animando com palavras positivas, me apoiando e desejando em todo o tempo o sucesso em todas as etapas da pesquisa. Obrigado primo, sua amizade vale, e sempre valerá ouro para mim.

A minha namorada, Jemina Cunha, pela compreensão e paciência comigo, sempre me entendeu quando foi preciso. Em momentos em que a carga de atividades e leituras estava muito pesada, as conversas no telefone e as trocas diárias de mensagens no WhatsApp tiveram que ser reduzidas ou em alguns dias canceladas, em busca de um

objetivo maior: terminar o mestrado com louvor. Obrigado pela paciência e compreensão, meu bem.

Ao meu amigo e colega de turma, Ejhon Lucas, pela parceria nos arquivos na busca incessante por fontes, pelas longas conversas sobre nossas pesquisas, pelas críticas, elogios e sugestões que fazíamos de maneira recíproca, respeitosa e agradável em nossos trabalhos e pelas boas risadas. Obrigado nobre amigo, nossa amizade perdurará para além da academia.

A querida professora Doutora Cristina Donza Cancela, minha orientadora do estágio, que de maneira muito gentil se disponibilizou a me aceitar em sua sala de aula, guiando-me em meus primeiros passos na docência do ensino superior. Obrigado professora Cristina, pelo precioso tempo que passei junto a você, apesar de breve, este foi de muita relevância na minha jornada acadêmica e profissional.

Aos meus professores (as) Doutora Magda Ricci, Doutor Ipojucan Campos e Doutor Otaviano Vieira que foram meus mestres na condução das disciplinas de Teoria da História, Tópicos especiais e linha de pesquisa. Obrigado queridos professores, por todo conhecimento compartilhado, este trabalho também é fruto do conhecimento adquirido durante vossas exposições.

Ao querido professor Dr. Francivaldo Alves, coordenador do programa, pela gentileza com a qual sempre me recebeu em sua sala, e pela agilidade na atenção as demandas que tive necessidade de resolução. Obrigado professor Francivaldo, sua humanidade faz toda diferença na condução dos trabalhos frente a coordenação da pós-graduação em História da Universidade Federal do Pará.

A Fernanda Reis, secretária do programa, sempre muito cordial ao nos atender, resolvendo todas as demandas dos discentes, mandando e-mails para ficarmos atentos quanto aos prazos para que tudo fluísse dentro da normalidade. Obrigado Fernanda.

Ao meu querido orientador, prof. Dr. Décio Guzmán, que ao longo de dois anos de curso do mestrado, esteve ombro a ombro comigo, me orientando, fazendo duras críticas quando necessário, mas também não poupando elogios quando eu merecia. Obrigado professor Décio! Obrigado por todo sólido conhecimento compartilhado comigo, obrigado por cada orientação, sugestão, crítica e elogio. Todas as conversas presenciais e não presenciais, vídeo chamadas, ligações, e-mails, foram crucias no

percurso historiográfico que culminou com a redação desta dissertação de mestrado. Como eu sempre falava para você em nossos diálogos: se estou fazendo um bom trabalho, é porque estou sendo bem orientado! Gratidão, professor.

Finalmente, agradeço a Universidade Federal do Pará – UFPA, e ao programa de Pós-graduação em História – PPHIST pela oportunidade de contribuir com a historiografia da Amazônia no que tange a migração para Ilha das Onças e Arapiranga. Vida longa, UFPA! Gratidão.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E IMAGENS

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

RESUMO E ABSTRACT

INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO I: As ilhas em cena: dos projetos aos conflitos.....	27
1.1 A formação das comunidades nas várzeas.....	28
1.2 As ilhas de Belém nos projetos políticos.....	36
1.3 Conflitos territoriais nas ilhas.....	42
CAPÍTULO II: De onde vinham e para onde iam: a origem do migrante insular.....	51
2.1. As baías e os rios como rotas de viagem: migrações internas para as ilhas.....	52
2.2. Por terra, rio e mar: migrações nacionais e estrangeiras para as ilhas.....	57
2.3. As várzeas e o lar: vivência migrante nas ilhas.....	62
CAPÍTULO III: O perfil do migrante insular.....	71
3.1 O sexo e a faixa etária do migrante insular.....	72
3.2 O migrante, seu ofício e trabalho.....	78
3.3 Instituinto relações: casamento e união familiar nas ilhas.....	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
FONTES.....	95

LISTA DE TABELAS E IMAGENS

TABELA 1.1: Migração interna, nacional e internacional para Arapiranga e Ilha das Onças (1905 – 1950)	53
TABELA 1.2: Migração interna.....	55
TABELA 1.3: Migração nacional e estrangeira.....	58
TABELA 1.4: Faixa etária e quantitativo da migração masculina.....	75
TABELA 1.5: Faixa etária e quantitativo da migração feminina.....	77
TABELA 1.6: Profissão dos migrantes de acordo com os dados das certidões de casamento do cartório da Ilha das Onças.....	81
TABELA 1.7: Profissão dos migrantes de acordo com os dados do alistamento eleitoral do ano de 1898.....	85

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: Comunidade Vila Arapiranga, na Ilha Arapiranga, 1899.....	33
IMAGEM 2: Olaria Landi, na comunidade Rio Tauerá na Ilha das Onças, 1910.....	34
IMAGEM 3: Usina Vitória em operação na Ilha das Onças, 1950.....	41

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

FIGURA 1: Mapa da Ilha das Onças.....	65
FIGURA 2: Mapa da Ilha Arapiranga.....	67
GRÁFICO 1: Estatística da migração masculina e feminina para Arapiranga e Ilha das Onças.....	74
GRÁFICO 2: Estatística da profissão do migrante das ilhas de acordo com os dados do alistamento eleitoral do ano de 1898.....	82
GRÁFICO 3: Estatística da profissão do migrante das ilhas de acordo com os dados dos registros de casamento do cartório da Ilha das Onças.....	86

RESUMO

Este trabalho apresenta as dinâmicas de migração entre Belém e sua fronteira insular (a ilha das Onças e a ilha Arapiranga) na primeira metade do século XX (1905-1950). Através de uma crítica historiográfica e documental, busca-se explicar mobilidades que ocasionaram o transcurso do povoamento dessas regiões varzeiras a partir da chegada dos migrantes nos territórios paraenses, agregar este estudo às pesquisas sobre deslocamentos migratórios no estuário amazônico, resgatando trajetórias de estrangeiros, nordestinos e de deslocamentos internos, investigando nas fontes selecionadas, a origem dessa população que atualmente reside nesse estuário. A investigação busca contribuir com a historiografia paraense e amazônica para introduzir as ilhas na perspectiva e reflexões históricas, refutando discursos estigmatizantes sobre as mesmas, comumente imaginadas como regiões vazias de memória, sem interesse de reflexão histórica econômica ou política.

Palavras-chave: Amazônia; Migração; Ilhas; Várzea.

ABSTRACT

This work presents the migration dynamics between Belém and its island border (the island of Onças and the island of Arapiranga) in the first half of the 20th century (1905-1950). Through a historiographical and documentary critique, the aim is to explain the mobilities that led to the settlement of these varzeira regions following the arrival of migrants in the territories of Pará, to add this study to research on migratory movements in the Amazon estuary, rescuing the trajectories of foreigners, northeasterners and internal displacement, investigating in selected sources the origin of this population that currently resides in this estuary. The investigation seeks to contribute to Pará and Amazonian historiography to introduce the islands into historical perspective and reflections, refuting stigmatizing discourses about them, commonly imagined as regions empty of memory, with no interest in economic or political historical reflection.

Keywords: Amazon; Migration; Islands; Floodplain

INTRODUÇÃO

Às 9h da manhã do dia 17 de Junho de 1905 na casa do escrivão de juízo perante o juiz José Manoel Ignácio Rodrigues de Moraes, apresentaram-se os noivos José Antônio Pantoja e Maria Cordolina de Moraes, para oficializar o primeiro matrimônio no cartório da Ilha das Onças. Ele natural do Estado do Pará, filho legítimo de Manoel Antônio Pantoja e Maria dos Santos Pantoja, com vinte e dois anos de idade, lavrador e residente na Ilha das Onças.

Ela, natural do Estado do Pará, filha natural de Floriana Maria de Moraes, com vinte e três anos de idade, solteira, doméstica e residente na Ilha das Onças. Após a celebração do primeiro casamento, uma sequência de seiscentos e dois matrimônios foi registrada entre os anos de 1905 e 1949 no cartório da Ilha das Onças. Populações insulanas oriundas principalmente da Ilha de Arapiranga e da própria Ilha das Onças se dirigiam ao cartório para registrar casamentos e nascimentos.

A ilha das Onças e a ilha de Arapiranga formam a porção principal das fronteiras de Belém, atualmente fazem parte da jurisdição administrativa do município de Barcarena, nordeste do Pará. Os territórios dessas ilhas ocupam grande parte do litoral da capital paraense. Alinhando-se ao longo desse litoral, as ilhas constituem a contra margem do mesmo, formando assim a baía de Guajará¹. Separadas da capital do Pará pela de Guajará a uma distância de cerca de 4 km, as duas ilhas integram o estuário amazônico com territórios de várzea e populações espalhadas ao longo de seus rios e igarapés com ciclos de marés que diariamente sobem e descem.

Esta dissertação tem o objetivo de apresentar as dinâmicas de migração entre Belém e sua expressiva fronteira insular (a ilha das Onças e a ilha Arapiranga) na primeira metade do século XX (1905-1950) através de uma crítica historiográfica e documental, explicando os deslocamentos que ocasionaram o processo de povoamento dessas regiões estuarinas, a partir da chegada dos migrantes nos territórios paraenses, sejam eles pelos portos, ou por terra.

Temos também como objetivo, agregar este estudo às pesquisas sobre deslocamentos migratórios no estuário amazônico, “movimentando-se no rastro das suas

¹ MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária/UFGPA, 1966. p. 69.

possibilidades, das suas intenções”² resgatando trajetórias de estrangeiros, nordestinos e de deslocamentos internos, investigando nas fontes selecionadas, a origem dessa população que atualmente reside nesse estuário. A investigação focaliza-se durante os deslocamentos que houveram no período proposto nesta pesquisa (1905-1950) e contribui com a historiografia paraense e amazônica para introduzir as ilhas na perspectiva e reflexões históricas, com fito de se contrapor aos discursos estigmatizantes sobre as mesmas, comumente imaginadas como regiões vazias de história, sem interesse de reflexão histórica econômica ou política.

Arapiranga e Ilha das Onças receberam instalações de algumas fábricas como Usina Vitória, Olaria Landi, Olaria Arapiranga que “fabricavam tijolos, telhas, tubos de encanamento, estátuas, tachos e outros trabalhos em cerâmicas”³, e por conta dessas fábricas, muitos migrantes que chegaram em Belém a partir do século XX atravessaram a Baía do Guajará para as ilhas em busca de trabalho, uma vez que “os rios fornecem o único acesso fácil a região amazônica”⁴

Nesse sentido, percebe-se que os deslocamentos migratórios desencadeados sobretudo pela oportunidade de trabalho, de vivência nas ilhas, se apresenta favorável ao rompimento de discursos estigmatizantes sobre as mesmas. Posto isso, alguns questionamentos alinhavam nossa investigação, quais sejam: como se deram essas dinâmicas de migração? Qual foi a origem desses migrantes? Quais eram as suas profissões?

No início do século XX, aumentou significativamente a imigração de estrangeiros para a Amazônia, em especial para Belém e Manaus. Um retrato da imigração internacional histórica na Amazônia pode ser encontrado nos dados sobre o movimento

² CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o Território Amazônico (1847-1877)**. 2011. 244 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011, p. 39.

³ SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, p. 126.

⁴⁴ WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920**. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1993, p. 21.

imigratório no porto de Belém no início do século XX⁵. Estes dados foram compilados por Marília Emmi a partir do *Anuário Estatístico do Brasil*.

De acordo com esta fonte de informação, entre 1908 e 1910 entraram pelo porto de Belém aproximadamente 13,5 mil estrangeiros, das mais diversas nacionalidades. Destacam-se dentre eles os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%), os ingleses (7,18%), os turcos-árabes (4,69%) e os italianos (4,15%). Ana Maria Daou afirma que, pelo porto de Belém, somente em 1907 mais de 36 mil pessoas entraram no estado, das quais cerca de 11.600 permaneceram na capital, absorvidas pelas atividades comerciais e industriais⁶.

Mesmo após o colapso da borracha, imigrantes continuaram chegando. É o que se pode deduzir do número significativo de estrangeiros que residiam na Amazônia, por ocasião do censo de 1920, quando a economia da borracha amazônica já estava decadente em consequência do avanço da produção asiática, que se tornara crescente desde 1913. Tanto as novas entradas, como a permanência de grupos de imigrantes, que passaram a instalar pequenas fábricas para abastecer o mercado local, iniciaram um processo de substituição de importação de produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu em função daquele colapso econômico⁷.

De acordo com os dados do *Anuário Estatístico do Brasil*, há uma média estatística apontando que entre 1908 e 1910 entraram pelo porto de Belém aproximadamente 13,5 mil estrangeiros, das mais diversas nacionalidades. Mas a partir daí perguntamos qual o quantitativo desses migrantes que se deslocaram em direção às ilhas do entorno da cidade de Belém e formaram “comunidades insulanas”? Para responder esta questão a pesquisa se lançou a um exame histórico e social das migrações em duas ilhas que são: Arapiranga e Ilha das Onças.

Quando refletimos sobre movimentos migratórios para a Amazônia, partimos da premissa de que é uma questão um tanto quanto complexa, pois não se trata de um

⁵ EMMI, Marília Ferreira. **Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX: o caso dos italianos**. In: ARAGÓN, Luis E. (Org.). *Migração Internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA, 2009. p. 263-279.

⁶ DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

⁷ EMMI, op. cit., p. 6.

movimento que nasceu da noite para o dia, de um mês para o outro, ou até mesmo de um ano para o outro, mas constituiu-se de um processo que durou séculos⁸.

Embora na emigração transatlântica à América tenha pesado com maior exponencial a história europeia, com números próximos aos 50 milhões de emigrantes, as travessias dividiram espaços com outros movimentos que, menos numerosos, fizeram do século XIX e XX um período de grande “desenraizamento” dos indivíduos⁹. Rafael Chambouleyron ao falar de imigração portuguesa, destaca que a presença e ocupação portuguesa na Amazônia, onde se localiza o Estado do Pará, remete ao século XVII, no período colonial¹⁰.

Já Smith Júnior ao falar sobre a imigração espanhola na Amazônia afirma o seguinte: a inserção da Amazônia no contexto das grandes migrações internacionais deu-se no auge da economia da borracha¹¹. Segundo o autor, para o Estado do Pará dirigiram-se fluxos migratórios de várias nacionalidades, sendo numericamente os mais significativos aqueles formados por portugueses, espanhóis ou italianos.

Como referimos anteriormente, o ciclo da borracha provocou intensa migração internacional, e as marcas desse período “esplendoroso” podem ser notadas na herança deixada pela *Belle Époque* urbana e arquitetônica nos seus edifícios como: Theatro da Paz, o Cine Olympia, o Grande Hotel e o Boulevard da República. De acordo com as habilitações consulares, o maior fluxo de chegada de indivíduos no Pará ocorre nos anos iniciais da economia da borracha, entre 1850 a 1874, quando se tem o registro de cerca de 41% do total de entrada de portugueses. A partir de 1875, estes números caem gradativamente.

⁸ O'CONNOR, L. and KOLIPAKAN, V. “**Human migrations, dispersals and contacts in South America**”, in: O'CONNOR L.; MUYSKEN, P. (eds). *The Native Languages of South America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

⁹ TAVARES, Anndrea Carolyn da Costa. **Partindo mais ou menos pobre, voltando mais ou menos rico** - A emigração de aveirenses ao Pará (1882-1918), Ano de obtenção: 2021. 2021. 317 f. Dissertação (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2021. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. p. 44.

¹⁰ CHAMBOULEIRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí, 2010.

¹¹ SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. **Imigração espanhola na Amazônia: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste paraense (1890-1920)**. 2012. 212 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. p. 14.

Assim, estatisticamente, Cristina Cancela e João Ramalho¹² apontam em 11,7% a quantidade de entrada de imigrantes na capital paraense entre os anos de 1875 e 1884, percentual que segundo os autores, declina subitamente para 6,7%, entre os anos de 1885 e 1894. Portanto, em pleno auge da economia gomífera. Já nos anos iniciais do século XX, entre 1905 e 1918, esse percentual volta a crescer, apesar de moderadamente, em relação aos anos iniciais.

Revisitando os estudos Marília Luis Aragón¹³, percebemos que a autora avalia certo nivelamento dos fluxos migratórios para a Amazônia em detrimento da crise da economia gomífera. Marília avalia que:

Ao contrário do que geralmente se pensa, a imigração internacional para a Amazônia se manteve após a decadência da economia da borracha, sendo que foram os estrangeiros, especialmente comerciantes, pequenos industriais e trabalhadores em geral, os grandes responsáveis por sustentar a economia nos anos imediatos após a derrocada da economia da extração do látex. Esses novos migrantes, junto com aqueles que permaneceram, instalaram pequenas fábricas e estabelecimentos comerciais para abastecer o mercado local substituindo produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu.

A partir das investigações de Aragón compreendemos que após a decadência da borracha, as chamadas “pequenas fábricas” sustentaram a economia paraense nos anos amargos que viriam posteriormente. Com isso, entendemos que a permanência desses migrantes em Belém, não ficou restrita à sua porção urbanizada, mas resvalou para suas fronteiras insulares, pois as áreas como a ilha Arapiranga e a ilha das Onças, serviram como sede para manufaturas, com a instalação de pequenas fábricas.

Nos processos de migração para a Amazônia, houve dissabores, sucessos para muitos, fracassos para outros. Partidas involuntárias e o desejo de “tentar a sorte” nas terras distantes¹⁴. A esse respeito, vale dizer que a complexidade das dinâmicas migratórias no Pará é muito grande para ter nosso olhar concentrado somente para o grande centro urbano belenense. As extensões desses movimentos, em especial para as ilhas das Onças e Arapiranga são evidentes quando percebemos as afirmações de Roseane

¹² CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da amazônia (1850-1920). **Estudos Ibero-Americanos**: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920), [S.L.], v. 42, n. 1, p. 232, 11 fev. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.2016.1.21580>.

¹³ ARAGÓN, Luis E., e Alberto Jakob, editores. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. UFPA, NAEA, 2009, p. 31.

¹⁴ GUIMARÃES, L. A. V. **De chegadas e partidas**: migrações e trajetórias de vidas de portugueses no Pará (1800-1850). 1ª. ed. Jundiá SP: Paco Editorial, 2018. v. 1000, p. 40.

Maia¹⁵ e aquelas registradas no “Álbum do Pará” de Arthur Caccavoni¹⁶. Vemos aí nas ilhas um importante e organizado centro industrial, justamente concentrado nas fronteiras da grande urbe tropical, nesse período pós Belle Époque.

Assim, tendo em vista a importância dos sucessivos e longos eventos históricos das migrações para a Amazônia, especialmente para o Pará, esta pesquisa lançou-se na investigação do problema das migrações para Arapiranga e Ilha das Onças. No que tange à vida migrante nas ilhas, lançou-se também a investigar os modos como se deram os seus deslocamentos, os desempenhos de suas atividades laborais e a construção de relações familiares, voltado especialmente ao ambiente da várzea.

O processo de migração para as ilhas, especialmente no período que corresponde a toda a primeira metade do século XX, resultou em aumento da massa populacional no ambiente de várzea, associado à formação de comunidades insulanas ao longo de seus rios e igarapés. Ao pensarmos no conceito de “sociedade insular” é importante levarmos em conta as noções provenientes de várias fontes de estudo além da História, como a Antropologia, a Geografia e a Literatura.

A Antropologia, em algumas dimensões, dedica-se a analisar a produção e reprodução de práticas sociais e simbólicas das sociedades insulares que definem o comportamento, os valores sociais e políticos que orientam as ações insulanas. Os arranjos míticos que regem a vida nos rios, nos igarapés e nas relações com a natureza estão encorpados no cotidiano insular. Nessas relações com a natureza, as sociedades insulanas se solidificam e se ampliam em suas relações construídas coletivamente. Nesse sentido, o espaço das sociedades insulares traslada as movimentações dos homens proporcionadas pelas instâncias econômicas, culturais e ideológicas.¹⁷

¹⁵ MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017. 321 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

¹⁶ CACCAVONI, Arthur. **O Pará comercial na Exposição de Paris**. [S.l.:s.n.], 1900, p. 31-32.

¹⁷ RIBEIRO, Marcela Arantes. **No espelho das águas: um lugar ribeirinho no Rio Madeira**. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010, p. 44.

Para Antonio Diegues¹⁸ as comunidades insulares são típicas sociedades formadas por pescadores e pequenos lavradores no ambiente de várzea, geralmente estabelecidas em rios e igarapés com residências que ocupam as margens dos mesmos. Sociedades insulares também são retratadas como “comunidades ribeirinhas”, “comunidades de margem” ou até mesmo “comunidades de caboclos”. Nesta dissertação, optamos pelo termo “sociedades insulanas” ou sua variante “comunidades insulanas”.

De acordo com o dicionário online da Língua Portuguesa¹⁹, a palavra “insulano”, como adjetivo, é: relativo às ilhas, que se refere ou faz parte de uma ilha; ilhéu, islenho. Como substantivo significa: aquele que é nascido ou morador de uma ilha. Ou seja, comunidades insulanas são, portanto, sociedades de indivíduos *residentes* nas ilhas (ínsula). No caso específico desta dissertação, o objetivo é entender e analisar as comunidades insulanas no essencial da sua definição: indivíduos residentes nas ilhas das Onças e Arapiranga.

Para muito além dos múltiplos sentidos designativos, é crucial refletir sobre os estudos históricos das sociedades insulares. Reflexões que não devem ficar restritas à seara das análises mitológicas ou das representações, mas sim num campo que abranja as “percepções de mundo”, de “construções de relações”, no controle do espaço de vivência, do trabalho, da multiplicação populacional.

Diegues avalia que apesar de estarem presentes desde o início do século XX, os estudos sobre as comunidades insulares, a priori, foram analisadas com mais veemência no campo do mundo mítico, da religião, desenvolvidos principalmente pela Antropologia e a Etnologia. Segundo o autor:

No campo específico da Antropologia e da Etnologia é interessante observar que os fundadores dessa ciência, como Radcliffe-Brown, Malinowski e Firth, estudaram a organização social de populações de ilhéus, nas primeiras décadas deste século. Em nenhum desses estudos, no entanto, esses povos e comunidades são analisados como ilhéus, moradores de ilhas, como se esse fato tivesse pouca importância nos temas estudados, tais como organização social, mito e magia, religião, etc. A explicação mais correta, talvez, para a falta de ênfase nessa questão é que esses antropólogos estavam interessados em lançar as bases teóricas de uma nova disciplina e as populações primitivas das ilhas serviam somente de objeto de estudo para problemas mais amplos referentes ao homem como tal.

¹⁸ DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. v. 1. p. 2.

¹⁹ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em: 12/11/2023.

Diegues aponta para certa ausência nos estudos históricos a respeito das comunidades insulares que se apartam quando analisadas do ponto de vista antropológico e etnológico.

É fundamental pontuar que a análise antropológica envolvendo as crenças, os costumes, as religiões e todas as peculiaridades de comunidades insulanas estão imbuídas num conjunto mais amplo de análises, ou seja, se há uma investigação histórica, não de se envolver, em algum momento, os aspectos míticos fortemente presentes no cotidiano e nas práticas diárias dessas sociedades.

Além das análises míticas e religiosas, as investigações em torno das sociedades insulanas de Arapiranga e Ilha das Onças dar-se-ão num conjunto de análises que contemplam a dinâmica dos deslocamentos até as ilhas, identificam esses indivíduos, investigam as relações de sociabilidade entre eles por intermédio da observação de seu trabalho, das formas e tipos dos matrimônios, e assim constroem uma narrativa que apresenta as sociedades insulanas de Arapiranga e Ilha das Onças como um corpo social, da formação histórica da população com trajetórias de vidas e vivências reais.

No processo de investigação, o método prosopográfico buscou privilegiar neste trabalho aspectos da pesquisa quantitativa, não deixando de lado, todavia, as percepções e as avaliações minuciosas reveladas na análise das fontes. Para Lawrence Stone, ao se apoiar no método prosopográfico, o historiador estabelece um universo a ser estudado e um conjunto de questões uniformes a ser investigado que abrange do nascimento à morte, o casamento e a família, as origens sociais e a posição econômica herdada, o lugar de residência, a educação, o tamanho e a origem da riqueza pessoal, a ocupação, a religião, a experiência em cargos de instituições e assim por diante²⁰.

Portanto, é por intermédio de um conjunto documental que mergulhamos na vida dos insulanos. Esse conjunto reúne registros de casamento e nascimento do cartório da Ilha das Onças, inventários de ex-proprietários de terras nas ilhas, centenas de recortes de jornais da imprensa paraense do final do século XIX e a primeira metade do XX, relatórios da diretoria de agricultura e comércio do Pará (Seção Barcarena), tomos de registros de terra do acervo de Palma Muniz, e um certo número de depoimentos orais

²⁰ STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782011000200009>.

(com cinco entrevistas). O exercício de ouvir os moradores de Arapiranga e Ilha das Onças: Angelita Souza, Laurival Pantoja, Benjamim Botelho, alinha-se ao percurso metodológico do processo investigativo. Buscamos a memória oral com o desígnio de visualizar questões que ampliassem e integrassem junto ao corpus documental as relações de sociabilidade, trabalho e lazer vivenciadas no cotidiano da várzea.

Analisamos os deslocamentos migrantes para Arapiranga e Ilha da Onças, que, nesta Dissertação, transverteu-se na elaboração de tabelas, mapas, gráficos e bases de dados produzidos com apoio do sistema de gerenciamento de dados Access (incluído no pacote do Microsoft Office Professional).

Assim, o primeiro capítulo intitulado *As ilhas em cena: dos projetos aos conflitos* reflete em torno da formação de comunidades em distintas regiões de várzea da Amazônia brasileira (várzeas do Marajó, do Tapajós, do Amazonas, do Amapá). Em seguida, o capítulo discute os projetos políticos e alguns conflitos territoriais envolvendo a posse da terra nas ilhas de Belém.

No período proposto em nossa pesquisa (1905-1950), já alvorecia nas várzeas das ilhas (Ilha das Onças, Arapiranga) um processo de ocupação que se acelerou, sobretudo pelo boom da economia da borracha, promovendo a circulação de migrantes nesses espaços. Ou seja, o campesinato rural das várzeas²¹ (ora se formando ou já formado no Marajó, no Tapajós, no Amazonas e no Amapá) também se formou nas ilhas, com aspectos inerentes e peculiares (trabalho, luta pela terra) que são pouco ou quase nada discutidos pela historiografia paraense, revelando-nos o fenômeno histórico de que a vida social destas ilhas não eram invisíveis, nem isoladas e sim conectadas com a “euforia migratória” na qual vivia Belém da virada do século XIX para o XX.

Depois, discutiremos as ilhas (Arapiranga, Ilha das Onças) no cenário dos projetos políticos e dos conflitos territoriais. Entendendo que essas regiões tiveram seus territórios pautados para implantação de diversos projetos (tanto de interesse econômico quanto político). Abrindo-se, desse modo, possibilidades para que se instalassem conflitos de

²¹ GODOI, Emília Pietrafesa de et al., editores. **Diversidade do campesinato: expressões e categorias**. 1ª ed, Editora UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 9-17.

natureza fundiária entre proprietários de terras e trabalhadores migrantes, que se deslocavam para as ilhas.

Para a elaboração da narrativa do referido capítulo, utilizamos como corpus documental, os recortes dos jornais *O Democrata* e *Estado do Pará*, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira; o tomo I e II dos registros de terras catalogados por Palma Muniz, disponíveis no acervo digitalizado do CENTUR – PA; e relatos orais de ex-moradores colhidos durante as viagens de pesquisa feitas nas ilhas.

No segundo capítulo, *De onde vinham e para onde iam: a origem do migrante insular* levantamos alguns aspectos da origem dos migrantes das Ilhas da fronteira de Belém, (Arapiranga e Ilha das Onças) a partir de três campos de análise: o migrante interno (do Pará), o migrante nacional e o estrangeiro.

Nestas abordagens, identificou-se os locais de partida dos deslocamentos desses indivíduos até as Ilhas, e de que forma ocorreu o processo de assentamento desses migrantes, pois as comunidades insulares, distribuídas entre rios, furos e igarapés tiveram a espacialidade e demografia de suas populações alteradas em virtude do processo migratório. Identificou-se a origem de migrantes de regiões próximas a Belém (como Moju, Igarapé-Miri, Barcarena, Cametá) a partir de outros estados (Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Bahia) e em poucos números, de migrantes Portugueses e Italianos.

Para análise e construção deste capítulo, dispomos da documentação sobre casamentos do cartório da Ilha das Onças²² feitos entre 1905 e 1950. Através dos recursos de armazenamento de dados do programa *Access*, foi possível a construção de um banco de informações com seiscentos e dois registros de casamento inscritos no período informado.

Optou-se pelos registros de casamento como via de análise para construção do perfil migrante, pelo fato de ser um dos poucos tipos documentais oficiais das Ilhas disponíveis, e também por conterem informações cruciais sobre os insulanos, como: naturalidade, idade, estado civil, profissão, entre outros. Lembremos que foi somente com o advento da República e da maior burocratização do governo, que a aplicação e

²² Provenientes do cartório da ilha das Onças (19ª circunscrição judiciária) sediado no lugar “Furo Grande”, que funcionou entre 1905 e 1980. Este cartório desenvolvia como atividades principais: registros de casamentos, nascimentos e óbitos.

padronização do registro civil no Brasil ganhou fôlego. Ainda que houvesse pressões contrárias para a sua implementação, foi no ano de 1889 que os primeiros registros começaram a ser feitos. Provavelmente, o casamento civil demorou a ser incorporado aos hábitos de família nas ilhas. Foi esse fato que verificamos através dos registros de casamento encontrados no Cartório de “Furo Grande”, com a ocorrência de significativo número de “casamentos tardios”²³.

No capítulo três, *O Perfil do migrante insular*, construiu-se o que denominamos de “perfil do migrante insular”. Nesse momento rastreamos a idade, a profissão, além das uniões matrimoniais estabelecidas nas ilhas em virtude desse processo migratório. Seguindo a mesma estrutura dos capítulos anteriores (três subitens para cada capítulo), no primeiro subitem nos atentamos à análise do sexo e faixa etária dos migrantes, seguido com o trabalho e ofício migrante, e finalizando no terceiro subitem com os casamentos e as uniões familiares nas ilhas.

Os registros de casamento também mostraram-se fundamentais neste capítulo pelo fato de conterem informações cruciais (naturalidade, idade, estado civil, profissão, entre outros) sobre os insulanos que possibilitaram o entendimento sobre quem migrava para as ilhas, o ofício que desenvolvia, sua faixa etária.

Para análise e construção do perfil dos migrantes, novamente recorreremos a documentação dos registros de casamentos do cartório da Ilha das Onças feitos de 1905 a 1950, e armazenados em base de dados do Access, além de registros de alistamento eleitoral de 1898 a 1910 e recortes de jornais do *Estado do Pará*, disponibilizados virtualmente na Hemeroteca Digital Brasileira.

²³ COSTA, Carlos E. C. da. **O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-abolição, Rio de Janeiro (1889-1940)**”, in: *Veredas da História*, v. 9, n. 1, 2016, p. 117-139.

CAPÍTULO I

AS ILHAS EM CENA: DOS PROJETOS AOS CONFLITOS

A proposta deste primeiro capítulo é inicialmente uma reflexão em torno da formação de comunidades em distintas regiões de várzea da Amazônia brasileira (várzeas do Marajó, do Amazonas, do Amapá) para que, em seguida, possamos discutir os projetos políticos e os conflitos territoriais nas ilhas de Belém. No período proposto em nossa pesquisa (1905-1950), já alvorecia nas várzeas das ilhas (Ilha das Onças, Arapiranga) um processo de ocupação que se acelerou, sobretudo pelo boom da economia da borracha, promovendo a circulação de migrantes. Ou seja, o campesinato rural das várzeas²⁴ (ora se organizando ou já estruturado nos locais citados anteriormente) também se constituiu nas ilhas, com características intrínsecas (trabalho, luta pela terra) que deveriam ser discutidas na historiografia paraense, revelando-nos o fato de que estas não estavam invisíveis nem isoladas diante da euforia migratória na qual vivia Belém durante a economia da borracha.

A seguir, apresentamos as ilhas (Arapiranga, Ilha das Onças) no cenário dos projetos políticos e dos conflitos territoriais paraenses. Entendendo que essas regiões insulares tiveram seus territórios pautados para diversos projetos (tanto de interesse econômico quanto político). Abriam-se, desse modo, possibilidades para que se instalassem conflitos de natureza fundiária entre proprietários de terras e trabalhadores migrantes, que se deslocavam para Arapiranga e Ilha das Onças.

Neste capítulo, analisamos, um corpus documental específico²⁵.

²⁴ GODOI, op. cit. 9-17.

²⁵ Analisamos os recortes dos jornais O Democrata e Estado do Pará, disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira; os tomos I e II dos registros de terras catalogados por Palma Muniz, disponíveis no acervo digitalizado do CENTUR – PA; o Indicador ilustrado do Estado do Pará (parte II), disponível no repositório institucional UFPA 2.0; “Álbum do Pará em 1899”, na administração do governo de Sua Ex. o Sr. Dr. José Paes de Carvalho, também disponível no acervo digital de obras raras do CENTUR – PA; e relatos orais de ex-moradores colhidos durante as nossas viagens de campo nas ilhas.

1.1 A FORMAÇÃO DAS COMUNIDADES NAS VÁRZEAS

De acordo com João Meirelles Filho²⁶, uma parte substantiva dos municípios de Belém e Ananindeua, constituem-se como “sistemas insulares”. Em Belém, são 39 ilhas. Nestas ilhas habitavam no ano 2000 cerca de 8.260 pessoas, segundo o IBGE.

Os dados apresentados referem-se somente ao complexo insular da região de Belém. Nesse sentido, não estão incluídos nesses dados, tanto a Ilha das Onças quanto a Ilha de Arapiranga, que, atualmente, fazem parte do território do município de Barcarena. Ao incluir os dados dessas regiões, os números aumentam. De acordo com um levantamento realizado entre os anos de 2007 e 2008 pela Superintendência Regional do INCRA – PA, constatou-se a presença de 305 famílias com uma população total estimada em 1.410 habitantes, vivendo ao longo dos rios que cortam a Ilha das Onças.

Em Arapiranga, o acesso aos dados da população atual tornaram-se mais difíceis, em virtude da ausência de informações disponíveis. Em diálogo com a Agente Comunitária de Saúde de Cutajú-Açú, (uma das maiores de Arapiranga), Elenise Santos, esta me informou sobre a existência de cerca de 70 famílias residentes na referida comunidade.

De acordo com Décio Guzmán, apesar de as várzeas representarem cerca de 2% (cerca de 30 milhões de hectares) da bacia amazônica, é nelas que está fixada a maior parte da população regional, com seus núcleos de povoamento e atividades urbanas. O autor afirma que “é nelas que se encontram as maiores oportunidades de expansão da agricultura, em razão de aí estarem circunscritos os solos aluviais subutilizados”²⁷

Uma breve reflexão a respeito dos dados da população atual das ilhas ao redor de Belém, permite-nos ampliar o campo de reflexão e pensar não apenas no processo de ocupação dessas várzeas, mas também o modo como ocorre esta ocupação ao longo do estuário amazônico. Isso nos leva a pensar nos limites territoriais do Pará e para além deste. As ilhas das Onças e Arapiranga são, nesse sentido e aqui neste estudo, apenas um

²⁶ Meirelles, J. (2015). **Belém Ribeirinha**. Instituto Peabiru, p. 21.

²⁷ GUZMÁN, Décio de Alencar. **O Projeto Várzea**: uma história relacional da ciência na Amazônia brasileira (1945-2019). Belém: Paka-Tatu, 2022, p. 27.

recorte de análise historiográfica diante da extensa região amazônica habitável e ativa, social e economicamente.

Ao estudar o processo humano de ocupação nas várzeas dos rios Solimões e Amazonas, Deborah Lima afirma que na margem desses dois grandes rios, composto inteiramente por solos de várzea, foram formados os primeiros núcleos de ocupação de portugueses que vieram para a Amazônia no século XVII²⁸, que anteriormente já estava habitada por populações indígenas. A autora estuda o panorama de ocupação das várzeas dessa região que teve início ainda no período colonial, atravessando o século XIX com a economia da borracha, chegando até à análise da criação de municípios que se formaram a partir da gênese das comunidades varzeiras.

Lima avalia a existência de cerca de quarenta e seis municípios formados às margens das várzeas, e hoje se constituem como territórios urbanos do Pará e do Amazonas, com estatísticas populacionais, que variam entre trinta a duzentos mil habitantes, como é o caso de Santarém, a terceira maior cidade do Pará, assentada nas várzeas do rio Amazonas. Outro caso é a cidade de Óbidos, também no Pará, com uma população estimada em cerca de cinquenta e dois mil habitantes.

Analisando um território mais próximo a Belém, o município de Abaetetuba, localizado na região nordeste do Estado do Pará, possui grande parte de sua zona territorial formada por ilhas de várzea. Segundo relatório de um grupo de pesquisadores²⁹ alocados em algumas ilhas³⁰ de Abaetetuba para estudar a insalubridade da região, a composição sociocultural do município e das ilhas (de Abaetetuba) é diversificada, como na maior parte da Amazônia brasileira. Antes da criação das sesmarias na região, a localidade já era habitada por grupos indígenas, fato comprovado por levantamento arqueológico.³¹

Nota-se no relatório desenvolvido pelos pesquisadores, que o povoamento em Ilhas sob influência de Abaetetuba, motivou as populações ribeirinhas a buscarem junto

²⁸ LIMA, D. M. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões**: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade. IN: Ibama. *Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade* / Deborah Lima (organizadora). 2005: 337 – 386.

²⁹ Amanda Cristina Oliveira Gonçalves, Andrei Cornetta, Fábio Alves, Leonard Jeferson Grala Barbosa.

³⁰ Ilha de Tabatinga, ilha de Campompema, ilha de Sirituba.

³¹ Angelo-Menezes, 2000; Silveira e Marques, 2004 apud ALVES et al., 2016, p 82.

aos órgãos de regulamentação territorial (SPU, INCRA) a posse dos territórios nos quais estavam assentadas, ou seja, as várzeas. Ainda de acordo com o relatório dos pesquisadores, os ribeirinhos foram amparados por ações de grupos de pessoas ligadas à Comissão Pastoral da Terra (CPT), às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), aos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), às Colônias de Pescadores (Z-14), às associações locais (que foram se formando no processo) e aos movimentos ambientalistas³².

No processo de análise do caso das comunidades das ilhas de Abaetetuba, percebemos que, alinhado ao processo de formação de contingente populacional, há um esforço coletivo em prol da regularização fundiária do espaço de vivência desses ribeirinhos. O registro desse esforço clarifica alguns fatos para a nossa reflexão historiográfica. O primeiro: desde os tempos da colonização, as várzeas já apresentavam um expressivo processo de ocupação (com a presença indígena) que se intensificou nos séculos posteriores com a chegada dos europeus. O segundo: as várzeas sempre estiveram na pauta dos órgãos de regulamentação fundiária (SPU, ITERPA, INCRA) que por conta das inúmeras comunidades que se formaram ao longo das ribeiras de igarapés, furos e rios, a necessidade da agenda regulamentada, neste sentido, se fez indispensável.

Do mesmo modo como analisado por Deborah Lima para as várzeas do médio Amazonas e Solimões, verifiquei que as várzeas de Abaetetuba são expressivamente povoadas por comunidades de insulanos. Nas ilhas visitadas pelos pesquisadores, é possível comprovar a presença de inúmeras famílias que formam as numerosas comunidades de várzea dessas regiões. Em Tabatinga, atualmente 130 famílias residem na ilha; em Campompema 296 famílias; e em Sirituba são 300 famílias, que se dividem em três comunidades formadas entre os rios da ilha³³.

Os dois casos, o da Ilha das Onças e o de Arapiranga, tratados até aqui, foram eleitos como pontos de análise para reflexão sobre a formação de comunidades nas várzeas. Em ambos, nota-se a presença de populações habitando esses espaços em períodos que remontam à época da colônia. Fazer história por intermédio da *microanálise* (elaborada pelo grupo de historiadores italianos associados à micro-história) na zona territorial do médio Solimões e das ilhas de Abaetetuba, põe em evidência a existência de

³² ALVES, *et al.*, 2016, op. cit. p. 82.

³³ ALVES, *et al.*, 2016 op. cit. p. 85-89.

uma significativa presença populacional assentada ao longo das várzeas amazônicas. Essa abordagem procede a partir da microanálise de casos delimitados e representativos, e cujo estudo intensivo revela problemas de ordem mais geral e exemplar, que põem em causa ideias feitas sobre épocas passadas acerca dessas comunidades.³⁴

Ao pensarmos no processo de ocupação das ilhas (Onças e Arapiranga) num período mais antigo (anterior a 1905-1950), veremos que estes territórios já se apresentavam na historiografia e na documentação coeva, com expressivos focos de ocupação. De acordo com Marcelo Dergan³⁵, entre as obras sobre o século XVIII no Grão-Pará, alguns trabalhos historiográficos mostram aspectos da organização e utilização espacial de alguns territórios e ilhas dos arredores da cidade de Belém – na época também denominada de “cidade do Pará”. Entre essas obras, destaca-se *Compêndios das Eras da Província do Pará* de Antônio Baena.

Segundo Baena, que partiu do enfoque historiográfico na perspectiva das ações oficiais do governo da Província do Pará, revelando dados estatísticos sobre a cidade de Belém e elementos de ocupação dos arredores desta – principalmente no item referente ao período de 1783 – 1790, período que a câmara da cidade solicita ao governador a construção de um “lazareto” em uma das ilhas dos arredores da cidade.³⁶

Na obra de Baena, é possível verificarmos a presença de aspectos populacionais nas ilhas, que se fazem presentes desde o século XVIII. É possível definir esses elementos como indícios de que em períodos posteriores, as ilhas seriam tencionadas como “chão” para muita gente que, em suas margens, formariam comunidades de insulanos.

Dergan também enfatiza em seu trabalho, evidências de ocupação das ilhas pela fuga de escravizados que, nesse sentido, tornavam-se rotas de apoderamento do território insular: *Por estas rotas, percebe-se as possibilidades de utilização e representações dos arredores da cidade e algumas ilhas como importantes pontos estratégicos de ocupação oficial, militar e de fortificação para a segurança da cidade, uma vez que poderiam e*

³⁴ GINZBURG, C. **O nome e o como**. In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 p. 9.

³⁵ DERGAN, João Marcelo Barbosa. **História, memória e natureza**: as comunidades da Ilha do Combu-Belém-PA. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia. p. 37.

³⁶ BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compendio das eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969. p. 16.

*estavam sendo utilizados, e concomitantemente, habitada por seres desgarrados, os fugitivos.*³⁷

Leila Mourão pontua que a Ilha das Onças, (cujo território ocupa grande parte da contra margem do litoral de Belém) foi, desde o início de sua ocupação pelos europeus, sede de manufaturas. Ela foi concedida como Data e Carta de Sesmaria a Dom Lourenço Álvares Roxo de Portlis, no século XVIII, para plantação de cana-de-açúcar, instalação de engenho de açúcar e aguardente³⁸.

Ao relacionarmos o curso de ocupação do espaço da ilha das Onças e Arapiranga ao nosso período de pesquisa (1905-1950), veremos que o processo de assentamento populacional dessas regiões tornou-se acelerado nesse primeiro meio século XX. Mark Harris ao estudar a cultura cabocla na região do baixo amazonas faz a seguinte afirmação:

De maneira geral, para os antropólogos americanos deste primeiro período, a cultura cabocla solidificou-se no início do século XX e se expressava na vida isolada em unidades familiares, geralmente nas várzeas dos rios, igarapés e lagos, numa pequena agricultura familiar combinada com a caça e pesca.³⁹

O trecho acima, retirado da coletânea *Sociedades Caboclas Amazônicas* faz jus ao que anteriormente afirmamos. Harris assinala que a estabilidade da cultura cabocla se deu, sobretudo, a partir do início do século XX. Aliado aos estudos antropológicos de Harris, percebemos que o estabelecimento das comunidades de várzeas nas ilhas citadas, se deu no mesmo período em que a cultura insular se solidificou. Fato notável sobre a sedimentação dessas comunidades insulares, é que cerca de vinte títulos de propriedades rurais foram expedidos em regiões do território da Ilha das Onças e Arapiranga, além de alguns registros nas ilhas circunvizinhas como Combu, Jararaca, Jararaquinha e ilha Cerrada⁴⁰.

Os registros de propriedades de terra nas ilhas, já apontavam na virada do século XIX para o XX para um futuro povoamento desse espaço insular, haja vista que a presença das duas grandes fábricas de cerâmicas assentadas nessas regiões (“Olaria

³⁷ DERGAN, op. cit. p. 38.

³⁸ MOURÃO, Leila. **Memórias**: histórias da indústria e do trabalho na Amazônia paraense. 01. ed. CAMPINAS: Librum Soluções Editoriais de Campinas, 2018. v. 300. 250p.

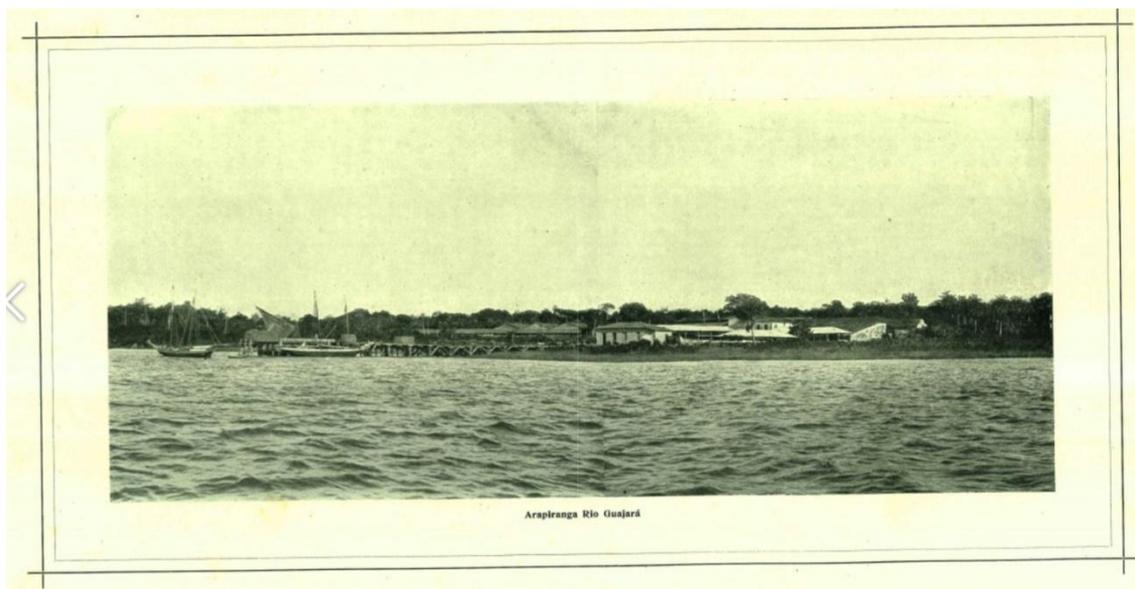
³⁹ Adams, C.; Murrieta, R.; Neves, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. 1ªed.São Paulo: Annablume, 2006, v., p. 19.

⁴⁰ Informação coletada do Tomo I dos registros de terra emitidos no Pará entre os anos de 1894 e 1907 do acervo de Palma Muniz.

Landi” e “Olaria Arapiranga”) alinhada aos grandes seringais disponíveis para extração de látex, canalizaram parte da imigração dos indivíduos cearenses e outros ao Pará.

Nas imagens abaixo, é possível percebermos parte do prisco povoamento das várzeas da Ilha das Onças e Arapiranga.

IMAGEM 1: Comunidade Vila Arapiranga, na Ilha Arapiranga.



Fonte: Álbum do Pará, 1899⁴¹.

IMAGEM 2: Olaria Landi, na comunidade Rio Tauerá, na Ilha das Onças.

⁴¹ Disponível em: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/album-do-para-em-1899/>. Acesso em:04/04/2023



Fonte: Indicador ilustrado do Pará, 1910⁴².

Ambas as imagens, (respectivamente de Arapiranga e Ilha das Onças), revelam o assentamento industrial das Olarias Arapiranga e Landi, uma e outra presentes na várzea dessas ilhas. A indústria intensificou o povoamento aí, assim como provocou o surgimento de novas comunidades ao longo das ribeiras deste espaço insular.

A grande migração nas ilhas foi verificada nas certidões de casamento do cartório da Ilha das Onças, entre os anos de 1905 e 1950⁴³, onde notam-se o crescimento gradual e a formação de comunidades na Ilha das Onças e Arapiranga. A troca de núpcias entre os insulanos, aliado ao crescimento das famílias por intermédio das gerações dos filhos, é um fator positivo no aumento dessas comunidades.

A média de filhos por casal também é algo que chama atenção. A ausência de controle de natalidade dos casais na geração dos filhos, resultou em famílias numerosas que aceleraram o processo de crescimento dessas populações. As mulheres insulanas concebiam seus filhos em casa, ao modo normal, com a presença de uma parteira tradicional, e geralmente não praticavam nenhum tipo de tratamento contraceptivo para evitar novas gestações, aguardando o ciclo da infertilidade para finalmente deixarem de ter filhos. Ao cumprir o ciclo natural de fertilidade feminina, sem nenhuma intervenção

⁴²<https://fauufpa.files.wordpress.com/2016/02/indicador-illustrado-do-estado-do-parc3a1-1910-parte-ii.pdf>. Acesso em: 04/04/2023.

⁴³ Consultar capítulo III item 3.3: Instituinto relações: Casamento e união familiar nas ilhas.

cirúrgica durante os partos, as famílias insulanas possuíam médias altas de membros em suas famílias.

O caso verificado num dos registros de casamento chamou nossa atenção: a certidão de Lázaro de Sales Pantoja e Francisca Severa Pantoja. Ele, natural do Pará, lavrador, 45 anos de idade e residente no igarapé Jenipaúba, próximo a ilha de Combu. Ela, natural do Pará, doméstica, 38 anos de idade e residente também no igarapé Jenipaúba. Lázaro e Francisca por muitos anos viveram como amásios e no dia 17 de fevereiro de 1906, oficializaram o matrimônio.

No ato da união, Lázaro e Francisca reconheceram seus filhos, nove no total: Antonio Fernandes Pantoja, nesse momento com 22 anos, Raymundo Nonato Pantoja, com 20 anos, Virgilina Maria da Conceição Pantoja, com 17 anos, Mariana Cabral Pantoja, com 15 anos, Brás Caetano Pantoja, com 9 anos, Anna Marcela Pantoja, com 7 anos, Deolinda Cardoso Pantoja, com 5 anos, Clarindo Correa Pantoja, com 3 anos e Joaquina Cardoso Pantoja com 1 ano e meio. O avultado número de filhos chama nossa atenção, principalmente pelo fato de Francisca ser uma mulher ainda jovem, mas já com nove filhos. Possivelmente Francisca tornou-se amásia de Lázaro quando ainda era adolescente. Por lei, somente após os 14 anos de idade poderia casar-se, mas o fez adulta e com muitos filhos.⁴⁴

Assinalamos o caso da união de Lázaro e Francisca com o objetivo de exemplificar a formação das populações insulanas de Arapiranga e Ilha das Onças, se dando em ritmo acelerado em virtude das numerosas famílias formadas, fosse pelo “juntar-se” ou “amasiar-se”, fosse pelo rito do matrimônio civil ou religioso.

Tendo em vista que observou-se em Arapiranga e ilha das Onças a presença de importante massa populacional, nas ilhas principalmente no período que compreende a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX, a pergunta Belenense dominante sobre a percepção urbana das ilhas era: o que se pensava, ou o que se projetava, por parte do governo municipal belenense para as ilhas? É isso o que veremos a seguir.

⁴⁴ O *Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890*, Artigo 12, Parágrafo 8º, que regula o casamento civil no Brasil, estabelece que: “São proibidos de casar-se: As mulheres menores de 14 anos e os homens menores de 16 anos”. Cf. BRITTO, Juliana R. U. de. *Perspectiva histórica do casamento no Brasil: do casamento canônico ao casamento civil introduzido pelo Decreto nº 181 de 24 de janeiro de 1890*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito, USP, São Paulo, 2020, p. 148.

1.2 AS ILHAS DE BELÉM NOS PROJETOS POLÍTICOS

Ao investigarmos os documentos de informação histórica sobre as ilhas (Certidões de casamento, inventários do Centro de memória da Amazônia, Álbuns do Pará) recolhidos durante o processo da pesquisa, percebemos que é impossível dissociá-las dos projetos políticos e econômicos voltados para seus espaços a partir de Belém. Há uma nítida intenção do interesse público e privado belenense em utilizar o espaço insular de Arapiranga e Ilha das Onças, para suas finalidades específicas.

É importante lembrar que, antes mesmo da temporalidade a qual nos propomos investigar (1905-1950), alguns empreendimentos já operavam nos anos oitocentos a pleno vapor nas ilhas, como é o caso das olarias de propriedade dos industriais Domingos Noguez e Bento José Silva Santos (Arapiranga e Landi). Ou seja, dezenas de anos antes do início do século XX o espaço das ilhas já era explorado, principalmente no campo da indústria ceramista.

No período que compreende a virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX, novas percepções metropolitanas foram cogitadas para esses espaços. As ideias pensadas para as ilhas apresentam profunda contradição entre utilizar essas áreas para a expansão econômica e a estranha ideia de torná-las locais de despejo de animais abandonados.

Essa dualidade de ideias, possivelmente nasceu em virtude dos discursos que foram tecidos a respeito das ilhas e do que elas representavam principalmente na capital do Pará. Na obra de Antônio Baena, os naturalistas afirmam que, em função de sua “excessiva natureza”, às ilhas fora conferido um suposto “estado de morbidez”, que “naturalmente” lhe fora amoldado⁴⁵. O Barão do Marajó na obra *As Regiões Amazônicas*, afirma que a força e a grandeza da natureza presentes nesses espaços insulanos “podem destruir” até mesmo as obras da civilização, como é caso de um “lazareto” construído na ilha de Tatuoca⁴⁶.

A historiadora Leila Mourão pontua que a ilha de Arapiranga, atualmente parte do município de Barcarena, foi um dia utilizada como “lazareto” e para quarentena de

⁴⁵ BAENA, op. cit. p. 19.

⁴⁶ MARAJÓ, Barão de. *As Regiões Amazônicas* – Estudos chográficos dos Estados do Pará Amazonas. 2ª Edição. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, 1992. p. 302.

doentes com varíola⁴⁷. Mourão afirma também que estes eram lugares de pesca, fugas, esconderijos e ou moradias de indígenas, escravos africanos, afrodescendentes e outros fugitivos. Eram vistos, portanto, como “sertões” à margem do mundo urbano e civilizado (MOURÃO, 2015, p. 4).

O discurso construído no final do século XIX e início do século XX a respeito das ilhas próximas à Belém sedimentou uma representação negativa desses espaços: regiões que representavam perigo, incapacidade para sedentarização, risco de contaminação pela proliferação de doenças, miasmas, e toda sorte de males. Em vista disso, muitos indivíduos (principalmente jornalistas, colunistas), articulavam projetos mirabolantes para essas regiões, apresentavam propostas que expeliam as ilhas para fora de qualquer plano político ou econômico de progresso regional.

O jornal *Estado do Pará* em sua edição do dia 04 de dezembro de 1912⁴⁸ apresenta em uma de suas colunas a seguinte matéria: “**Os cães**”. Segundo o articulista, Belém estava infestada por cães abandonados que, como citado na matéria, era a “*canzoada vagabunda*” que estava a “*transitar e enfeiar as vias publicas da nossa formosa Belém*”. A presença dos cães estava trazendo prejuízos do ponto de vista sanitário (pelo fato dos cães produzirem dejetos nas ruas que poderiam causar a proliferação de doenças) e estético (pois a presença dos cães causava uma imagem negativa) da cidade. Portanto, nesse sentido os animais eram encarados como um problema causador de desordem pública, que manchava a imagem estética e sanitária da cidade, e precisavam ser “descartados” em local “apropriado”.

A solução apontada pelo redator da matéria não era certamente a de sacrificar os cães, mas descartá-los na Ilha das Onças, para “viverem a própria sorte”. Na matéria, o redator afirma o seguinte:

Assim, o chronista, solicita e espera a providencia salutar, hygienica e moralizadora da captura dos cães nas ruas, mas deseja, solicita e espera que não se use mais o bárbaro processo da eliminação pela morte.
Há na grande ilha fronteira a esta cidade vários pontos onde podem os infelizes animaes ser lançados, vivos, para não encontrar a morte, conseguindo facilmente nas mattas que cobrem toda a extensa superfície da Ilha das Onças, ou outra, obter, nas caças, que por ali abundam o necessario alimento. (Jornal Estado do Pará, 04/12/1912)

⁴⁷ MIRANDA, Leila Mourão. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor e Engenho**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 81, 24 jun. 2015. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/lobore.v9i2.8635579>.

⁴⁸ Hemeroteca Digital Brasileira JORNAL “*O Estado do Pará*”, 04/12/1912.

Nota-se que a ideia “higiênica” apropriada para resolver o problema dos cães abandonados de Belém, apontada por aquele que na matéria se intitula cronista, seria de lançá-los em vários pontos da grande ilha, fronteira à capital, ou em outra parte da ilha, para que por ali conseguissem sobrevivência.

O que, de fato, chama atenção é o conjunto dos hábitos intelectuais sobre as ilhas presente no texto. Como falamos anteriormente, esta mentalidade foi forjada por intermédio dos inúmeros discursos que sempre elegeram as ilhas como locais “impróprios à vida em comunidade”, referenciados como “centros de proliferação de moléstias”. A tentativa de projetar o espaço das ilhas para serem receptores do que era indesejado em Belém, evidencia as consequências da construção desse discurso, principalmente por parte da população que nunca visitou as ilhas, produzindo assim, falsas imagens sobre aquele espaço. Tal discurso, **jornalístico essencialmente**, mas também muitas vezes oficial, confrontava-se com projetos de cunho econômico voltados para o espaço insulano.

Enquanto uma parte da população urbana as imaginava como regiões de refugio a serem depositárias do que era indesejado na capital, outra parte da sociedade metropolitana a requeria para finalidades econômicas. Nesse último caso, o território das ilhas chamava atenção principalmente dos industriais e pecuaristas que viam nelas grandes possibilidades de exploração e implantação de projetos “progressistas”.

O jornal *O Democrata*, na sua edição do dia 20 de julho de 1890, exige da intendência municipal colocar em pauta a discussão de uma proposta enviada à mesma, a respeito da construção de um matadouro na Ilha de Arapiranga. A proposta foi enviada pelo industrial Bento José Silva Santos, na época proprietário da ilha.

O suntuoso projeto visava transferir para Arapiranga parte da produção do gado abatido na capital, sendo que, nesse sentido, o matadouro de Arapiranga seria um entreposto a fornecer parte da carne bovina que a capital precisava. Segundo o articulista, se consumada a proposta serviria muito bem aos interesses econômicos do Estado, tendo em vista os impostos a serem pagos aos cofres públicos pelo novo empreendimento, pois segundo narrado na manchete:

Os impostos arrecadados (no novo matadouro) pela Recebedoria e pela municipalidade importam annualmente em mais de 200 contos de réis, sendo

150 contos, pelo menos, de direitos da Recebedoria, e 60 contos da municipalidade. (O democrata, 20 de julho de 1890.)⁴⁹

As edições posteriores do jornal *O Democrata* e do jornal *Estado do Pará*, exibem sucessivas discussões da proposta de construção do novo matadouro. É possível observar que, de julho de 1890 a junho de 1911, os debates envolvendo o projeto, muitas vezes ocuparam uma das colunas de ambos os jornais (*O Democrata* e *Estado do Pará*), não apresentando qualquer solução definitiva para o assunto. Por questões de negociação política complicada, o projeto nunca se concretizou, apesar dos esforços daqueles interessados na sua realização⁵⁰.

O território de Arapiranga e Ilha das Onças também foi conjecturado para execução de projetos das companhias de navegação, que no início do século XX operaram nos trechos entre Belém e circunvizinhanças. A este respeito, na edição do dia 6 de Junho de 1912, do jornal *Estado do Pará*, na seção “Tópicos e Notícias”, foi publicada a aprovação da concessão do aforamento de terras na Ilha das Onças à *The Amazon Steam Navigation Limited*. Na coluna, consta a seguinte informação:

Pela ordem n. 104 de 21 de maio ultimo da Directoria do Gabinete do Thesouro Nacional, foi declarado ao sr. Delegado fiscal, neste Estado, que o sr. Ministro da fazenda por despacho de 11 do corrente, resolveu aprovar a concessão de aforamento do terreno de marinhas e acrescidos na ilha da Onças, feita por essa delegacia a The Amazon Steam Navigation Company Limited, conforme o processo que incluso vos devolvo e a que se refere, entre outros o vosso officio n. 48 de 12 de abril próximo findo, endereçado à Directoria do Patrimonio Nacional, cumprindo porém que sejam lavrados novos termos, dando-se ao terreno a aforar, as seguintes confrontações: ao norte, com terrenos de marinhas e acrescidos; ao sul, com o igarapé sumahuma; a leste com o rio Guajará; a oeste com os terrenos pertencentes à companhia requerente. (Jornal Estado do Pará, 6 de Junho de 1912.)⁵¹

⁴⁹ Hemeroteca Digital Brasileira Jornal “*O Democrata*” 20/07/1890.

⁵⁰ Na edição do dia 6 de Dezembro de 1891 do jornal *Diário de Notícias*, a comissão encarregada de estudar a proposta do matadouro, emite uma nota que fora publicada no referido jornal. Entre as causas apontadas para o indeferimento do governo quanto à proposta, está a posição geográfica de Arapiranga, haja vista que a maioria da comissão defendia um local onde pegasse “a corrente de todos os ventos”. Ou seja, o local ideal seria onde o acesso fosse por estrada. Também segundo a comissão, Arapiranga não atendia aos requisitos de higiene e condições mínimas para o assentamento do novo matadouro. Todas as reivindicações futuras, foram por questões políticas indeferidas por membros do governo.

⁵¹ Hemeroteca Digital Brasileira Jornal “*Estado do Pará*” 06/06/1912.

As terras de várzea da Ilha das Onças atendiam aos interesses comerciais da *The Amazon Steam Navigation Limited*⁵², que via a possibilidade de construir nas terras aforadas, algumas oficinas náuticas para reparo, paradas e manutenção das embarcações da Companhia. Possivelmente, os trâmites para o parecer favorável à atuação da *The Amazon Steam Navigation* foram efetuados junto aos órgãos oficiais do governo do Pará. Isso mostra o controle atento do mesmo governo sobre as ilhas, que, nesse sentido, não estavam relegadas ou eram meras receptoras de “miasmas”, como dizia o discurso fabricado por jornalistas e alguns sanitaristas em décadas anteriores.

O espaço insular da Ilha das Onças também foi pressentido para abrigar um grande projeto industrial: A Usina Vitória. Esta fábrica era gerenciada pela Companhia Industrial do Brasil, que, de fato, se instalou na Ilha. De acordo com a escritura pública, lavrada no cartório Chermont, em Belém, datada do dia 02 de Agosto de 1933, os locadores Graciliana Pantoja de Oliveira Bahia, Thomazia Pantoja de Oliveira e Saturnino Pantoja de Oliveira Bahia, proprietários do terreno, alocaram à Companhia Industrial do Brasil, uma faixa de terra que: “media 100 metros de largura a contar da parede da “Usina Vitória”, e portanto, se estendia “ao sul e com a extensão de fundos, a partir do terreno de marinha até o igarapé [..]”.

Marília Emmi Ferreira descreve a Usina Vitória como um importante centro de beneficiamento de sementes e borracha, e que mantinha relações internacionais de comércio, empregando homens, mulheres e crianças. Segundo Emmi:

“A Usina Victória, de propriedade da sociedade anônima Oleifce Nazionale, com sede em Gênova, era dirigida no Pará, pelos italianos Giuseppe Turchi e Antonio Mazzini. Esta usina ficava situada na Ilha das Onças em frente a Belém. No primeiro semestre de 1924 a usina Vitória havia embarcado para Gênova 900 toneladas de sementes beneficiadas e 500 toneladas do mesmo produto para o mercado de Liverpool. Essa usina movida a vapor e eletricidade trabalhava com máquinas para a quebra de murumuru e tucumã e empregava cerca de 400 pessoas entre homens, mulheres e crianças que se ocupavam na seleção de sementes.”⁵³

De acordo com a historiadora Leila Mourão, a Usina Vitória tornou-se uma importante fornecedora de matéria prima para a indústria estrangeira, selecionando

⁵² A *The Amazon Steam Navigation Limited* ou Companhia de Navegação à Vapor do Amazonas iniciou suas operações no último quartel do século XIX estendendo-se por boa parte do século XX, após uma longa negociação com o governo imperial no processo de abertura à navegação estrangeira nos rios da Amazônia. Para informações mais detalhadas consultar: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/22173>

⁵³ EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950):** Pioneirismo Econômico e Identidade. 1a. ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 2008. v. 1000. p. 148.

sementes, preparando lâminas de borracha, extraindo e embalando óleos e essências.⁵⁴ A Usina Vitória, fora, portanto, um grande centro de beneficiamento de produtos, como a borracha e sementes oleaginosas, e principalmente a castanha.

Nas imagens abaixo é possível vislumbrar a Usina Vitória em operação, provavelmente nos anos 1950:

IMAGEM 3.⁵⁵



Imagem 3: Usina Vitória em atividade

A proposta de construção do matadouro em Arapiranga, das instalações das oficinas náuticas da *The Amazon Company* e da Usina Vitória na Ilha das Onças comprovam o potencial econômico que as ilhas poderiam oferecer nos projetos das elites econômicas belenenses. Isso nos leva a argumentar que, geograficamente, embora as ilhas estivessem separadas de Belém pela baía do Guajará e o rio Guamá, sempre estiveram unidas política e economicamente à urbe através desses projetos industriais metropolitanos. Isso reverbera à afirmação de Conceição Almeida que ao estudar a capital do Pará e sua relação com as águas assinala que: “Desde sua fundação em 1616, a cidade

⁵⁴ MOURÃO, op. cit. p. 5.

⁵⁵ Disponível em: <https://fragmentosdebelem.tumblr.com/post/679553620247724032>

de Belém guarda relação com as águas”⁵⁶. Além das águas, Belém também guarda relação com as ilhas.

Assim, o discurso sedimentado ao longo dos séculos sobre as ilhas, (“sertão” morada de delinquentes e vagabundos, local sem higiene, proliferador de vírus, miasmas) na prática foi sendo, aos poucos, contradito. As sementes da colonização e do “progresso” trazidas na bagagem dos empreendedores por intermédio dos projetos citados anteriormente, são a base histórica para revisitarmos criticamente as alegações amplamente divulgadas décadas anteriores sobre os espaços insulanos.

De fato, para muitos migrantes, adaptar-se ao ambiente hostil das várzeas por vezes tornara-se muito difícil, fato apontado por Marília Ferreira Emmi⁵⁷. Mas as ilhas não fazem exceção quando o assunto é adaptação dos imigrantes às condições ambientais e sócio-políticas insulanas. No caso das ilhas, apesar de difícil, é possível perceber por intermédio das comunidades formadas ao longo do século XX, que esta adaptação se tornou cada vez mais possível ao longo dos anos.

Os conflitos agrários, desencadeados nesses espaços em virtude do processo de povoamento, por vezes caótico, endossam o discurso das possibilidades de adaptação dos migrantes nesses territórios, assunto que discutiremos a seguir.

1.3 CONFLITOS TERRITORIAIS NAS ILHAS

As ilhas de Arapiranga e Onças, (inclui-se aí a ilha do Combú) fronteiriças à Belém, possuem uma população expressiva, habitando ao longo de seu vasto território de notável proporção. Cerca de 8.260 pessoas habitavam nestas ilhas no ano de 2000 segundo o IBGE (SILVA, 2010, p.35)⁵⁸. Hoje, se tivermos a oportunidade de visitar as ilhas nos arredores de Belém, veremos que sua população aumentou significativamente. Novas práticas do uso da terra, das águas e rios também foram surgindo ou foram alteradas em relação àquelas dos anos 2000.

⁵⁶ ALMEIDA, Conceição Maria Rocha de. **As águas e a cidade de Belém do Pará: história, natureza e cultura material no século XIX**. 2010. 340 f. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010, p.3.

⁵⁷ EMMI, op. cit. p. 263-279.

⁵⁸ SILVA, R.O. **Pesquisa de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas**: Açaí. Instituto Peabiru, (2011). p. 64.

No decorrer desse processo de ocupação, a legislação específica que regulamenta e define a posse desses espaços para as populações insulares, tornou-se desconhecida dos próprios moradores das comunidades. A ausência desse conhecimento tornou os habitantes desses locais fragilizados juridicamente, e sem a segurança legal de posse oficial definitiva das suas terras. Entre os muitos diálogos que iniciei e as relações de confiança e amizade tecidas com moradores destas regiões, notamos que muitas famílias estão a quatro ou cinco gerações habitando as ribeiras das ilhas, coletando, plantando, colhendo e realizando nelas suas histórias de vida. Porém, essas famílias sentem o débil estado de proteção dos seus direitos fundiários, vivendo em “suspensão”, sem a certeza de viver com os pés sobre a própria terra.

No que tange refletir sobre os conflitos que se desdobraram num período em que o fluxo de indivíduos nesses locais estava acontecendo de forma intensa, a historiadora Franciane Lacerda pontua que:

Entre finais do século XIX e início do século XX, a Amazônia de maneira especial as regiões do Pará e Amazonas, experimentou uma série de transformações decorrentes da exportação do Látex, e na sua exportação para o exterior envolvia nesta rede um grande número de pessoas com papéis sociais variados.⁵⁹

No início do século XX, as Ilhas do Pará (especialmente Arapiranga e Ilha das Onças, fronteiriças à Belém) despertavam interesses econômicos dos latifundiários principalmente pela possibilidade de extrair látex, e para isso fracionar os latifúndios em pequenos loteamentos exigindo alugueis a agricultores que para lá migraram. Mas a ausência de controle e legislações específicas para aforamento e posterior uso destas terras, acabou resvalando em sérias consequências para os migrantes, pois o controle e a propriedade das terras ficaram nas mãos da “pequena elite insular”. Uma elite de proprietários de terras ligada a redes de relações políticas e econômicas, com base na metrópole belenense.

Nesse sentido, e através da documentação coletada (Periódicos da Hemeroteca Digital Brasileira, inventários disponibilizados no Centro de Memórias da Amazônia – CMA – UFPA, Entrevistas orais) entendemos que entre a virada do século XIX e as

⁵⁹ LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889 – 1916)**. Belém: Açai – Centro de memória da Amazônia / PPHIST – UFPA, 2010, p. 14.

primeiras décadas do século XX, as ilhas constituíram-se como destino de muitos destes indivíduos que estavam interessados principalmente nas possibilidades e ofertas de trabalho existentes nos seringais e nas olarias que ali existiam. Percebemos também que o número de indivíduos com propriedades nas ilhas aumentou de modo expressivo. Analisando o Tomo I dos registros de terras do Pará, catalogados pelo engenheiro Palma Muniz, notamos o nome de vinte indivíduos que obtiveram posses nas ilhas fronteiriças de Belém: Arapiranga, Ilha das Onças e Ilha de Combu.

Tendo em vista a extensão dos territórios insulares, (a Ilha das Onças, por exemplo, possui cerca de 75 mil hectares)⁶⁰, o número de vinte sujeitos com posses nesses locais parece insignificante, mas ao analisarmos os inventários de alguns desses indivíduos, percebemos que essas terras são verdadeiros latifúndios. Ou seja, as terras de várzeas das ilhas de fato estavam concentradas nas mãos de um seletivo grupo de terratenentes.

Com as ilhas sob domínio destes terratenentes, aqueles imigrantes que se deslocavam até as mesmas terras invariavelmente estavam destinados a trabalhar na condição de inquilinos em parcelas de terra alugadas pelo rendeiro (proprietário), ou aventuravam-se em disputas por regiões que ainda estavam na condição jurídica de “terras de marinha” (terras que pertenciam à união), ou em processo de aforamento. Para aqueles que decidiam alugar as terras, um representante designado pelo patrão repassava ao novo inquilino valores (geralmente variavam de \$5 réis a 7\$ réis) e regras para uso daquele espaço. A partir da decisão de sujeitar-se às restrições impostas por aquele considerado “donos das terras”, o novo inquilino passava a manter uma relação com seu patrão, prevalecendo a soberania dos preceitos e vontades do proprietário terratenente.

Benjamim Botelho⁶¹, é um ex-morador da Ilha das Onças, migrante da região da então Vila de Barcarena, por muitos anos inquilino de um proprietário de terras naquela ilha. Na sua narrativa notamos a submissão quase total a qual esses trabalhadores estavam

⁶⁰ MAPA DE SUSCEPTIBILIDADE À EROSÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE BARCARENA, ESTADO DO PARÁ» (PDF). Repositório de Informação Tecnológica da Embrapa. 2002. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/992124/1/ErosaodoMunicipiodeBarcarenaDoc.1552003.pdf>. Consultado em 23 de maio de 2023.

⁶¹ Seu Benjamim Botelho, hoje com 87 anos, residente em Belém-PA, morou por cerca de 20 anos na Ilha das Onças. Trabalhou por cerca de cinco anos em uma olaria sediada naquela ilha, e ao longo de 15 anos morou de aluguel nas terras de um proprietário local.

sujeitos, assim como a sentença que lhes era imposta caso descumprissem alguma das regras estabelecidas pelo terratenente. No seu relato ele destaca o seguinte:

Os novos moradores que chegavam lá na ilha e que não arrumavam nenhum trabalho nas olarias alugavam uma terra para trabalhar. So que tinha regra sabe?! A gente não podia construir casa de tijolo, so podia de madeira. Não podia cobrir as casas com telha de barro, so podia com palha. Eles não deixavam porque diziam que casa de tijolo e casa coberta com telha de barro daria direito pra gente sobre a terra deles. E se a gente fizesse isso era expulso da terra. (Benjamim Botelho, 87 anos).

Percebemos pelo breve relato de seu Benjamim, as privações impostas aos trabalhadores (na condição de inquilinos), vetando a possibilidade desses indivíduos de crescer socialmente. Notamos também uma nítida relação assimétrica entre explorador e explorado, apontando uma questão inevitável na vida social brasileira do período estudado: a construção dos relacionamentos tensos baseados na ideologia do “favor” e do “contra-favor”⁶².

Muitas relações tecidas entre inquilinos e rendeiros tornaram-se “estremecidas”, causando “contendas” nos limites dos latifúndios, além de conflitos de ordem jurídica e policial (brigas que geralmente acabavam na delegacia ou nas barras do tribunal de justiça) que se desdobravam em graves conflitos agrários. Um destes conflitos foi registrado no *Jornal Estado do Pará*, na sua edição do dia 7 de Agosto de 1921. A manchete foi estampada na página policial com o título seguinte: “UM MORADOR INCOVENIENTE”. O texto da matéria dizia:

Donas Julieta Olympia Rangel, Alice Rangel Pereira e Maria Rangel são proprietárias do sítio denominado São Francisco, na Ilha das Onças. Em vista da grande extensão do terreno, suas proprietárias alugaram-no a diversos lavradores, mediante a mensalidade de 5\$ cada um. Entre os locatários das terras conta-se Manoel Euclides do Amaral, que de certo tempo para cá se tornou um indivíduo pernicioso, commettendo toda a sorte de depredações e incitando outros moradores a não pagarem os aluguéis, tentando agredir o cobrador quando este lhe apresenta os recibos. Hontem, aquelas senhoras queixaram-se ao sr. Chefe de polícia que vae recomemendar ao subprefeito local que tome as necessárias providencias. (*Jornal Estado do Pará* 7 de Agosto de 1921)⁶³.

⁶² Na análise sobre esse tipo de relação, me inspiro no estudo clássico de FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP. 2002.

⁶³ Hemeroteca Digital Brasileira JORNAL “*Estado do Pará*” 07/08/1921.

Ao lermos a manchete, percebemos que o conflito em questão envolvia as senhoras Julieta Olympia Rangel, Alice Rangel Pereira, e Maria Rangel, contra um de seus inquilinos o lavrador Manoel Euclides do Amaral, que se recusava a pagar o valor da mensalidade do aluguel das terras das proprietárias fixado em \$5 réis.

Ao percebermos a recusa de Manoel em pagar o valor imposto, (o que já vinha fazendo há algum tempo) e incitar outros lavradores a fazerem o mesmo que ele, surgiu um conflito de natureza agrária entre as rendeiras e inquilinos liderada por Manoel, que acabou desdobrando-se em uma questão de ordem policial. Pela narrativa da manchete jornalística, percebemos a intenção do articulista de criminalizar a ação dos lavradores sem esclarecer o que de fato estava motivando aquela recusa dos mesmos em pagar a mensalidade do aluguel das terras.

Através das narrativas de seu Benjamim Botelho, conseguimos o esclarecimento a respeito do que consistia esse ato de resistência por parte dos lavradores insulares. Em seu depoimento, seu Benjamim relata que a pressão imposta aos trabalhadores para que pagassem as mensalidades era muito grande e o período de plantação de frutas e verduras, da coleta de açaí e da pesca nas ilhas, torna-se muito escasso nos primeiros meses do ano, por conta de dois fatores: o rigoroso inverno amazônico de fortes chuvas, e as constantes inundações dos territórios das várzeas pelo fenômeno anual da maré alta, atingindo diretamente os ganhos dos lavradores que nesse sentido encontravam dificuldades em efetuar o pagamento dos aluguéis.

Esta pressão por parte dos cobradores causava constantes revoltas dos trabalhadores que se desdobravam em conflitos tal qual o que foi noticiado no jornal, pois os proprietários exerciam toda forma de pressão em busca dos pagamentos, sem levar em conta os infortúnios acometidos aos lavradores em virtude das constantes chuvas e maré alta, que viam no boicote das mensalidades uma forma de resistência.

Outro embate territorial ocorrido nas ilhas de Belém também foi noticiado na manchete do jornal *Estado do Pará*, na edição do dia 5 de Agosto de 1921 com o seguinte título: “UMA VIOLÊNCIA INQUALIFICÁVEL”. Ao lermos o título da matéria percebemos a gravidade da situação estampada na página do periódico. O texto da manchete narra o fato:

(...) o sr. Manoel Cardoso Cunha Coimbra, acompanhado de várias pessoas e de praças da Brigada, aportou inesperadamente o rio Tauerá,

e invadindo as feitorias daquelle rio pertencentes a pescadores da colônia Z 23, e não encontrando estes na ocasião, expulsou das mesmas as famílias dos ditos pescadores, queimando depois as feitorias (...). (Jornal *Estado do Pará*, 5 de Agosto de 1921)⁶⁴

O conflito em questão envolvia uma associação de pescadores residentes à margem do Rio Tauerá, na Ilha das Onças, e o suposto proprietário daquelas terras, Manoel Cardoso Cunha Coimbra. Coimbra, farmacêutico, residente em Belém do Pará, possuía uma propriedade na Ilha das Onças, que de acordo com informações contidas em seu inventário (disponível no Centro de Memórias da Amazônia – UFPA – Belém) media cerca de dois mil e duzentos metros de frente por três mil e trezentos de fundo que ocupava grande parte da zona leste da ilha.

Coimbra alegava que as terras ocupadas pela associação de pescadores eram de sua propriedade, reprimindo-os violentamente naquela sexta-feira (5 de agosto de 1921). Cardoso Coimbra não exercia apenas o ofício de farmacêutico como está descrito em alguns de seus documentos, (certidão de casamento, inventário de partilha de bens) mas era também proprietário, e arrendava terras, dispoendo de certa influência na capital. Usava deste prestígio a seu favor conseguindo apoio até mesmo da brigada policial para realizar a operação violenta de expulsão contra os pescadores que residiam na Ilha das Onças usando de violência e brutalidade para manter a posse da suposta terra sob seu domínio.

Além da violência, o que também chama nossa atenção é que as terras reclamadas por Coimbra na prática não pertenciam a ele, mas que este, de forma ilegal e truculenta buscava apropriar-se das mesmas. Isso foi confirmado na matéria do dia seguinte publicada pelo Jornal *Estado do Pará*, do dia 6 de agosto de 1921. De acordo com o que foi apurado pelo articulista, após as autoridades tomarem conhecimento da gravidade da situação que estava ocorrendo na Ilha das Onças, promoveu-se uma reunião entre o procurador da república Francisco Jucá, o procurador fiscal da fazenda federal José Serpa, e o Sr. Raimundo da Fonseca que representava a federação de pescadores acompanhados pelo capitão de fragata Alexandre Messeder, e o suposto proprietário Manoel Coimbra, além de estarem presentes o Sr. Caetano Landi, (industrial residente na Ilha das Onças e proprietário da Olaria Landi) e Sylla Borralho, (proprietários vizinhos as terras de

⁶⁴ Hemeroteca Digital Brasileira Jornal “*Estado do Pará*” 05/08/1921.

Coimbra) a fim de solucionar aquela situação. Após o término da reunião, o articulista narra que:

Disseram-nos ser de marinha o terreno ocupado pela colônia de pescadores n. 23 (...). Verificaram, pelas informações que conseguiram colher, não ser nenhum terreno aforado ao sr. Manoel Coimbra nem ao sr. Landi. Desconhecem por enquanto qualquer documento comprobatório de seu direito de propriedade sobre o local que suscitou o litígio entre eles e os pescadores. (Jornal *Estado do Pará*, 8 de Agosto de 1921)⁶⁵.

Ao ouvirem as duas partes, as autoridades constataram ser “de marinha” as terras ocupadas pelos pescadores que Coimbra tentava se apossar de forma extremamente violenta. Na ocasião, descobriram que Caetano Landi também mantinha ilegalmente sob seu domínio posses que pertenciam à união e que em nenhum momento foram a ele aforadas, o que motivou as autoridades na decisão do parecer favorável aos pescadores.

O que nos chama atenção, é que a organização dos trabalhadores (tendo um representante) foi fundamental, o que é difícil vindo daquelas que comumente são consideradas classes mais baixas, pois geralmente mesmo quando bem representados, os pequenos agricultores, pescadores, perdem as disputas com os “barões” da terra. A resistência dos pescadores, (ainda que temerosa) é histórica, mas causaram marcas profundas na vida da comunidade, com traumas, separações e dispersões, pois o fato de Manoel Coimbra mandar queimar as casas dos pescadores promoveram sentimento de pesar até mesmo entre as autoridades que se chocaram ao se depararem com a destruição das benfeitorias dos pescadores, deixando apenas vestígios de destruição.

As duas manchetes também narram uma questão comum: trabalhadores pobres em conflito pelas terras de várzea das ilhas, contra indivíduos de notável prestígio que usavam desse poder para amedrontar, e manter tais áreas sob seu controle. E o uso exagerado da força e da violência é praticado por Manoel Coimbra contra os pescadores, tentando mostrar uma mensagem de poder, de mando, de demonstração de posse. O sentimento de posse, de exercer pressão, o uso do poder desenfreado, é uma característica que comumente se sobressai entre os proprietários de terras.

⁶⁵ Hemeroteca Digital Brasileira Jornal “*Estado do Pará*” 08/08/1921.

Para Regina Bruno, existem dois traços que podem identificar o perfil dos proprietários e dos empresários rurais no Brasil. Segundo ela, o primeiro é a defesa da propriedade como direito absoluto. O segundo é a violência como prática de classe. Para Bruno, a propriedade privada aparece aos olhos da classe patronal como direito incontestável, eterno e absoluto. Aparece ainda não só como forma segura de se criar riqueza, mas também para obter reconhecimento político e prestígio social. E associada a essa noção de propriedade da terra está a defesa da violência como prática de classe. É justamente o uso da violência, afirma ela, que “torna imprecisa a fronteira entre o novo e o velho, entre empresários rurais defensores da competitividade e da negociação e os tradicionais fazendeiros-latifundiários”⁶⁶.

A problemática da violência em decorrência dos conflitos por terra na Amazônia brasileira, periodicamente, chega às manchetes de jornais e da televisão, sobretudo com notícias de assassinatos de lideranças de trabalhadores rurais e de defensores de direitos humanos⁶⁷. No caso específico dos lavradores das Ilhas de Belém, as formas de violência descortinam a realidade de muitos sertões da Amazônia, onde a prática de fiscalização, o controle aos crimes praticados em virtude dos conflitos fundiários nem sempre é de conhecimento público, e ainda repousam sobre essas populações.

Hoje, com a cadeia produtiva do açaí em demanda elevada, e com tendências de aumentar a cada ano, a presença dos ribeirinhos que há gerações ocupam esses espaços tornou-se fragilizada, uma vez que ainda na condição de posseiros, estes não têm como comprovar a propriedade da terra que trabalham, e se sustentam. A ausência desta regulamentação nas terras de várzea das ilhas de Belém, faz com que ainda hoje os conflitos surgidos no início do XX, continuem a ganhar desdobramentos em pleno século XXI sustentando e acentuando as estatísticas dos confrontos agrários no Brasil.

Quando promovemos esses debates, não estamos apenas denunciando essa violência em texto acadêmico, produzido na maior parte do tempo em lugar distante da dura realidade dos embates fundiários. Estamos descrevendo a aspereza da vida concreta,

⁶⁶ BRUNO, Regina Angela Landim. **O ovo da serpente**. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002. p. 193.

⁶⁷ PEREIRA, Airton dos Reis. **A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995)**. Territórios e Fronteiras (UFMT. Online), v. 8, 2015, p. 230.

vivenciada em nosso país por aqueles que não querem nada além de um pedaço de terra para trabalhar, morar e construir sua história.

CAPÍTULO II

DE ONDE VINHAM E PARA ONDE IAM: A ORIGEM DO MIGRANTE INSULAR

Neste capítulo, levantamos alguns aspectos da origem do migrante das Ilhas da fronteira de Belém, (Arapiranga e Ilha das Onças) a partir de três campos de análise: o migrante interno (do Pará), o migrante nacional e o internacional. Nestas abordagens, identificamos os locais que originaram os deslocamentos desses indivíduos até as Ilhas, e de que forma ocorreu o processo de assentamento, pois as comunidades insulares, distribuídas entre rios, furos e igarapés tiveram a demografia de suas populações alteradas em virtude do processo migratório.

Para análise e construção do capítulo, dispomos da documentação sobre casamentos do cartório da Ilha das Onças⁶⁸ feitos de 1905 a 1950. Através do armazenamento de dados pelo programa *Access*, foi possível a construção de um banco de informações com seiscentos e dois registros de casamento inscritos no período informado, que produção deste capítulo. Optamos pelos registros de casamento como via de análise para construção do perfil migrante, pelo fato de ser um dos poucos tipos documentais oficiais das Ilhas disponíveis, e também pelo fato de conterem informações cruciais sobre os insulanos para a escrita deste capítulo, como: naturalidade, idade, estado civil, profissão, entre outros.

⁶⁸ O cartório da ilha das Onças (19ª circunscrição judiciária) sediado no lugar “Furo Grande”, que funcionou entre 1905 e 1980. Este cartório desenvolvia como atividades principais: registros de casamento, nascimento e óbito.

2.1 AS BAÍAS E OS RIOS COMO ROTAS DE VIAGEM: MIGRAÇÕES INTERNAS PARA AS ILHAS

Ao falar das migrações portuguesas para a Amazônia na virada do século XIX para as primeiras décadas do século XX, a cientista política Marília Emmi Ferreira observa através da análise do *Anuário estatístico do Brasil* de 1912, que entre 1908 e 1910 entraram no Porto de Belém cerca de 13.500 estrangeiros de várias nacionalidades, destacando-se os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%), os ingleses (7,18%), os turco-árabes (4,69%) e os italianos (4,15%)⁶⁹.

Ampliando os estudos em torno da mesma temática, Maria Stella Levy nas suas investigações sobre migração internacional para a Amazônia, estima em mais de 5 milhões o número de imigrantes entre 1872 e 1972, vindos principalmente de Portugal, Itália, Japão, Alemanha e Espanha⁷⁰. Luiz Aragón afirma que o censo brasileiro de 1900 registrou 1.074.511 estrangeiros (6,16% da população do país), aumentando, em 1920, para 1.565.961 (5,11% da população total), quando o país registrou o maior número de estrangeiros em sua história⁷¹.

Através dos estudos de Emmi, Stella e Aragón, percebemos a diversidade das migrações estrangeiras para a Amazônia, que vieram, sobretudo, pelo crescimento econômico e ampliação do comércio da borracha. Ao concentrarmos nossos estudos sobre as migrações que se deram para a Ilha das Onças e Arapiranga na fronteira⁷² de Belém, observamos também esta diversidade migratória, num período (1905-1940) de expressivos fluxos migratórios e ocupação desses espaços.

⁶⁹ EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses. In: **ANAIS DO XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP**, Caxambú, Minas Gerais, Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010. p.2.

⁷⁰ LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 8, n. , p. 49-90, jun. 1974. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89101974000500003>. p. 49-90.

⁷¹ ARAGON, Luis Eduardo. **Introdução ao Estudo da Migração Internacional na Amazônia**. Contexto Internacional (PUCRJ. Impreso), v. 33, 2011, p. 71-102.

⁷² Em alguns momentos refiro-me às Ilhas como “fronteira”, unicamente pelo fato destas estarem assentadas em uma região muito próxima a Belém, ou seja, 4 quilômetros de distância à outra margem da baía de Guajará. Portanto, diferente de entender fronteira como um conceito, aqui ela se refere ao *limite territorial* entre Belém e as Ilhas.

É importante ressaltar que não abordarei neste capítulo a diversidade de imigração internacional, mas a diversidade de maioria interna⁷³, cujo o indivíduo saindo de seu lugar de origem, altera, modela e infiltra naquele novo lugar, sua cultura, seus modos de vida e suas vivências por intermédio do ato de migrar.

Ao anuir à migração nas Ilhas da fronteira⁷⁴ de Belém durante as primeiras décadas do século XX, a *heterogeneidade* dos grupos de indivíduos que para lá se dirigiram, torna-se um fator relevante a ser analisado. As migrações nacionais, e, sobretudo as internas, despontam aí como elementos principais. Uma análise em tabelas elaborada com base nos dados coletados durante nossa investigação possibilitou o melhor entendimento a respeito da origem desses migrantes. Por isso, no decorrer deste capítulo, valho-me desse recurso para análise das migrações desses indivíduos.

A primeira tabela diz respeito à naturalidade dos migrantes de maneira mais geral (internos do Pará, internos de diferentes regiões do Brasil e estrangeiras). A segunda, apresentada mais adiante, é uma subdivisão da primeira que identifica a origem do migrante interno do Pará rumo às ilhas. Ressalto que os resultados apresentados nas tabelas foi possível graças às informações dos casamentos registrados no cartório da Ilha das Onças nas primeiras décadas do século XX, armazenadas em banco de dados.

TABELA 1.1

MIGRAÇÃO PARA ILHA DAS ONÇAS E ARAPIRANGA (1905-1950)		
Migração interna	Migração nacional	Migração estrangeira
87,6%	12,2%	0,2%
517 (quinhentos e dezessete) pessoas registradas	85 (oitenta e cinco) pessoas registradas	2 (duas) pessoas registradas

Fonte: Banco de dados de Enos Sarmento casamentos cartório Ilha das Onças (1905-1950)

⁷³Migrações nordestinas e de cidades do Pará com destino às Ilhas.

⁷⁴ Em alguns momentos utilizo o termo “Ilhas da Fronteira”. Este, refere-se a Ilha das Onças e Arapiranga, região do território insular de Belém, na qual a pesquisa concentrou-se.

A partir dos dados apresentados na tabela 1, percebe-se o alto número das migrações internas⁷⁵ para as Ilhas. Na sequência, as migrações nacionais pouco ultrapassam os 12%, (com maioria vinda de estados do Nordeste⁷⁶) sendo números relativamente baixos os 0,2% das migrações estrangeiras. É importante destacar algumas questões levantadas no processo de análise da documentação do cartório da Ilha das Onças, (substituição de naturalidade e nacionalidade) que nos permite afirmar serem os números apresentados nas tabelas com tendências de aumento progressivo, principalmente no que diz respeito às migrações nacionais, em particular a nordestina.

Conforme observado em algumas certidões de casamento, “substituir a naturalidade” é uma prática que comumente aparece nos registros. Um caso especial que elegemos para tratar dessas “trocas de naturalidade” encontra-se no casamento de Inocêncio Alves do Monte. Inocêncio, residente no “Furo Piramanha” na Ilha das Onças que se casou com a paraense Clarinda dos Santos Bahia. Os pais de Inocêncio, José Alves do Monte e Maria Joaquina Alves, eram naturais do Estado do Ceará ao passo que no registro de casamento, Inocêncio é identificado como sendo natural do Pará.

Mas como provar que Inocêncio era um *cearense* que decidiu ser *paraense*? Nossa hipótese é de que muitas famílias que migraram de outros estados do Brasil, principalmente do Nordeste brasileiro para as Ilhas Paraenses, não registravam seus filhos em seu local de nascimento, mas sim nos locais para onde destinavam-se como migrantes. Muito provavelmente os pais de Inocêncio não o registraram no Estado do Ceará, o que provocou essa alteração de naturalidade.

Outra hipótese é que a alteração da naturalidade é vista como forma de integração social no lugar de destino. Ao se identificarem como paraenses, muitos nordestinos tinham seu processo de integração e aceitação social mais rápidos no local para onde migravam. Para tanto, é válido pontuar o que diz a historiadora Franciane Lacerda: a migração de nordestinos para a Amazônia pode ser interpretado a partir de significados múltiplos, evidenciando a complexidade das muitas relações sociais que se estabeleceram

⁷⁵ Refere-se às migrações que ocorreram entre regiões/municípios do Pará.

⁷⁶ A utilização da palavra Nordeste faz referência às pessoas oriundas dos diversos estados que são abrangidos por aquela região. Optou-se por empregá-la no intuito de facilitar a narrativa. Acerca da criação da palavra Nordeste e o cuidado que se deve ter ao usá-lo, cf: ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção da palavra nordeste e outras artes**. Recife, FJN. São Paulo: Cortez, 1999.

no contexto dessa experiência no Pará⁷⁷. Situações como as que acabamos de relatar tornam os números apresentados na tabela passíveis de serem relidos e reanalisados em sincronia com os fatos que os documentos de cartório evidenciaram.

Nas migrações internas, (entre cidades do Pará) além da alta porcentagem, (cerca de 87,6%) chama atenção a diversidade de *origem* destes indivíduos, que torna o fluxo migratório para as Ilhas muito intenso durante as primeiras décadas do século XX. São migrantes vindos de cidades do interior do Estado, principalmente do entorno de Belém, como as cidades da Ilha de Marajó (Afuá, Breves, Chaves, Muaná) e da região tocantina: Abaetetuba, Acará, Cametá e Moju.

Na tabela abaixo, apresento dados mais elaborados dessa diversidade. Exponho os locais de deslocamento dos migrantes divididos em três regiões distintas: (1) Região do Marajó, (2) Região do Baixo Tocantins e a terceira região, que denominei de: (3) Outras regiões, compreendendo alguns municípios do nordeste (fora da região do baixo Tocantins) e oeste paraense.

TABELA 1.2

MIGRAÇÃO INTERNA ILHA DAS ONÇAS E ARAPIRANGA (1905-1950)		
Região do Marajó ⁷⁸	Região do baixo Tocantins ⁷⁹	Outras regiões ⁸⁰
31,7%	35,1%	33,2%

Fonte: Banco de dados de Enos Sarmento casamentos cartório Ilha das Onças (1905-1950)

Pelos dados apontados na Tabela 2, mapeamos cerca de dezenove locais com focos de migração ocorrendo para as Ilhas durante toda a primeira metade do século XX. Os locais descritos na tabela são municípios do Pará, ou que ainda eram distritos ou vilas e mais tarde foram elevados à categoria de distrito ou município, como é o caso de

⁷⁷ LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889-1916)**. 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006, p.4.

⁷⁸ Municípios de: Afuá, Breves, Chaves, Muaná, São Sebastião da Boa Vista e Soure.

⁷⁹ Municípios de: Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri.

⁸⁰ Municípios de: Curuçá, Distrito de Mosqueiro, Igarapé-Açu, Irituia, São Miguel do Guamá, Santa Isabel do Pará e Vigia.

Barcarena, elevado à categoria de município em 1944. Os cerca de seis municípios da região do Marajó, chamam nossa atenção, pois somadas às outras regiões, as migrações marajoaras representaram 1/3 desse movimento para as Ilhas.

Dos cerca de dezenove municípios catalogados e eleitos como ponto de partida de migração para a Ilha das Onças e Arapiranga, com exceção de Igarapé-Açú, Irituia e Santa Izabel do Pará, todas são cidades assentadas à margem dos rios. Essa característica comum é um fator fundamental na potencialização desta tendência migratória, sendo os rios os principais aliados na formação desta rede de migração interna, de estabelecimentos matrimoniais e junção de culturas.

Tal afirmação é possível pelo fato de percebermos a intensidade migratória entre rios. Saía-se de uma região eleita ribeirinha (cidades assentadas à beira dos rios) para as Ilhas onde as comunidades formam-se ao longo das ribeiras dos rios. Através dos registros de casamento percebemos que o núcleo de origem desses indivíduos era os rios, bem como seu local de casamento e assentamento destes nas Ilhas. Percebemos nas documentações de casamento cerca de quatorze localidades (nomes de rios) para onde o migrante insulano se deslocava, casava e se assentava. Ao verificarmos que este migrante possuía relação com a rotina dos rios, seu processo de adaptação nas Ilhas tornou-se favorável nesse sentido.

A partir da relação desses indivíduos com o ambiente das águas, entende-se que a familiaridade com o trabalho na terra, na agricultura de pequenas lavouras e na atividade dos seringais, era uma característica em comum entre estes migrantes. Isso de certa forma favoreceu o estabelecimento e posteriores laços matrimoniais de muitos destes novos chegados, com populações insulares já alocadas na região, pois entre os anos de 1905 e 1925, ou seja, 20 anos após a celebração do primeiro casamento no cartório da Ilha das Onças, o número de matrimônios entre migrantes internos aumentou de forma significativa.⁸¹

Até o presente momento, não sabemos as formas de convencimento ou aliciamento para despertar o interesse migrante pelas ilhas. Nossa maior hipótese é a presença das olarias de Arapiranga e Landi, na Ilha das Onças, que pelas possibilidades de trabalho existentes, atraía muitos indivíduos à procura de uma oportunidade. As

⁸¹ Ver gráfico 4 na página 89.

propagandas divulgadas nos jornais de circulação da época, especialmente nos anos finais do século XIX e início do século XX, fazem referência ao complexo ceramista das ilhas, publicando, quando existiam, vagas de emprego.

O jornal *O Democrata*, em edição desconhecida do ano de 1894, estampa na página 4 o anúncio seguinte: “Trabalhadores”. O texto do anúncio diz o seguinte:

Chermont, Braga e C^a contractam trabalhadores para a olaria Noguez, proxima a esta cidade. A tratar na travessa Campos de Salles junto a Torre (palavra final ilegível). (Jornal *O Democrata*, 1894).

A propaganda do jornal *O Democrata* anuncia a disponibilidade de trabalho na olaria Noguez, assentada no rio Tauerá, na Ilha das Onças. Nota-se, que a oferta de mão de obra nas ilhas se tornara pública por intermédio dos jornais. O vai e vem de embarcações carregadas de telhas e tijolos vindo das olarias também é um fator a ser analisado, pois quem chegava a Belém pela via portuária, tinha a Ilha das Onças, a Ilha de Arapiranga e a baía de Guajará como vista inicial, (haja vista que as mesmas ocupam grande parte da fronteira da capital paraense). Logo, a produção oriunda das ilhas tornava-se visível aos olhos dos migrantes que percebiam que havia nas ilhas, oportunidades de renda e trabalho.

Apesar de se apresentarem em maiores estatísticas, as migrações nacionais e estrangeiras para as ilhas, também percorrem expressivos números. Essas migrações serão estudadas no próximo subitem.

2.2: POR TERRA, RIO E MAR: MIGRAÇÕES NACIONAIS E ESTRANGEIRAS NAS ILHAS

Na continuidade da investigação, recuperamos que os migrantes oriundos de outros estados do Brasil, sobretudo da região nordestina, somam 12,2% (de acordo com os dados apresentados na Tabela 1), seguido das migrações estrangeiras que mesmo em baixíssimas estatísticas (somam 0,2%) foram moradores nas Ilhas.

Na tabela 3, apresento os movimentos de migração nacional e internacional, para as Ilhas. Do mesmo modo como foi apresentado na Tabela 2, a Tabela 3 é distribuída por três regiões de fluxo migratório: nordestina, internacional e outras regiões. No caso

específico da Tabela 3, outras regiões englobam áreas com focos de migração de estados vizinhos do Pará e sudeste do Brasil.

TABELA 1.3

MIGRAÇÃO NACIONAL E ESTRANGEIRA PARA ILHA DAS ONÇAS E ARAPIRANGA (1905-1950)		
Migração nordestina ⁸²	Migração internacional ⁸³	Outras regiões do país ⁸⁴
88,7%	3,1%	8,2%

Fonte: Banco de dados de Enos Sarmento casamentos cartório Ilha das Onças (1905-1950)

As migrações nordestinas para as Ilhas se notabilizam, e este fato é campo de análise para muitos pesquisadores. Alguns historiadores se dedicaram ao estudo desses movimentos para a Amazônia, sobretudo a partir do último quartel do século XIX e início do século XX. Franciane Lacerda investiga as migrações cearenses para o estado do Pará e aponta dois motivos que levaram ao deslocamento de pessoas: a secas que assolaram o Ceará entre 1888 e 1916, e o incentivo à agricultura pelo poder público paraense interessados na expansão da extração do látex⁸⁵. Esse movimento migratório também estendeu-se para as Ilhas, o que é analisado neste trabalho.

De acordo com os dados apontados no banco de dados⁸⁶, houve migração de todos os estados do Nordeste para a Ilha das Onças e Arapiranga durante toda a primeira metade do século XX até 1950. Dos nove estados nordestinos, Ceará e Rio Grande do Norte aparecem com o maior número de migrantes, respectivamente 40,2% de migrações cearenses e 27,4% de norte-rio-grandenses. Estados vizinhos do Pará como Amazonas e Amapá, aparecem com dados inferiores (3,5%), evidenciando comparativamente um decréscimo em relação aos números dessas migrações nordestinas.

⁸² Estados de: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe.

⁸³ Portugal e Itália.

⁸⁴ Amazonas, Amapá e São Paulo.

⁸⁵ LACERDA, op. cit. p. 130.

⁸⁶ Base construída em plataforma digital do programa *Access* com todas as informações (incluindo a origem dos migrantes que foram para as Ilhas) dos casamentos realizados no cartório da Ilha das Onças entre 1905-1950.

Com uma estatística que não ultrapassou 0,2% (dados da Tabela 1) os registros de casamento indicam que as migrações estrangeiras para as Ilhas quase não ocorreram entre 1908 e 1950. Apenas o português Antônio Joaquim Messias, e a italiana Filomena Rimoli aparecem nos registros de casamento desse período. Ambos os imigrantes estrangeiros casaram-se com residentes da Ilha das Onças, conforme aponta o registro. Antônio Joaquim, viúvo, casou-se com Francisca Campos de Moraes. Filomena Rimoli, casou-se com Juvenal Ferreira da Silva, artista, solteiro, 26 anos.

No decorrer do processo de análise da documentação do cartório da Ilha das Onças, do mesmo modo como observado nas migrações nacionais, detectamos que a estatística apontada pela base de dados no que se refere às migrações estrangeiras, também apresentou contradições. Isso nos leva a crer que um número maior de migrantes estrangeiros – sobretudo portugueses – circularam por aquelas ilhas. É o caso do Português Carlos de Jesus Martins. Carlos, comerciante, residente na Ilha de Arapiranga, casou-se em 20 de Agosto de 1949, com a senhorita Maria Ferreira, também residente na mesma Ilha.

No registro do casamento, Carlos aparece como sendo natural do Pará, informação que é desmentida por unanimidade pela família dele. Em uma conversa com Maria de Lourdes Martins, 74 anos, e Olivar Ferreira Martins, 82 anos, filhos de Carlos, estes nos confirmam que seu pai tinha nacionalidade portuguesa, e que por diversas vezes Carlos contou-lhes a viagem que fizera ainda jovem com seus pais de Portugal até o Pará. Elegemos este caso para mostrar que contrariamente ao que encontramos nos registros cartoriais, as migrações estrangeiras para a Ilha das Onças e Arapiranga possuem números superiores aos 0,2% apresentados na quantificação de casamento do cartório da Ilha das Onças.

Nos dois casos (migrações nacionais e estrangeiras) notamos que as alterações provocadas na naturalidade do indivíduo migrante e respectivamente na nacionalidade do imigrante, influenciaram diretamente na análise demográfica da origem dos migrantes das Ilhas, abrindo possibilidades para a afirmarmos que o número de migrantes e imigrantes foi efetivamente superior aos apresentados nos registros de casamento durante a primeira metade do século XX.

Outro fator a ser analisado e que corrobora ao argumento anterior, é a legitimação dos nascimentos e casamentos nas Ilhas. Casava-se via de regra alguma necessidade

material, pois o casamento geralmente estava associado a condições socioeconômicas. Do contrário, as relações conjugais eram feitas na base das relações de acordos consensuais do “ajuntar-se” ou “amasiar-se”. Esse arranjo matrimonial segue a norma da maioria das sociedades camponesas pré-censitárias no ocidente⁸⁷.

Para Luiza Maria Marcílio, pioneira nos estudos sobre demografia no Brasil, isso também nos faz pensar na relativização do conceito de concubinação para as populações do Brasil tradicional, onde o custo e a formalidade da cerimônia de casamento poderia dificultar a realização do matrimônio para parcelas significativas da população⁸⁸.

Essas relações de concubinação, também influenciaram de maneira significativa no número de migrantes, pois aqueles que possuíam pouco ou nenhum poder aquisitivo não casavam, não registravam seus filhos, muitas vezes nem deixando rastros de suas trajetórias nos arquivos. Como sabemos, o Decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874, criou o registro civil dos casamentos no Brasil. Contudo, apenas em 1888, com o Decreto nº 9.886 é que surgiu a obrigatoriedade deste registro para a validade de todos os casamentos celebrados no país. Este Decreto condicionou apenas em parte a situação dos casais concubinos nas Ilhas, pois ainda era pequena a cobertura do aparelho jurídico nestas áreas e a Igreja Católica não possuía mais jurisdição sobre os casos de amasiamento civil ao final do século XIX. Este fato deu margem a que se praticassem numerosas uniões de migrantes em concubinação.⁸⁹

Apesar das questões levantadas acerca da documentação, compreendemos a existência de uma origem tríplice do migrante das Ilhas que integra: o migrante interno do Pará, o migrante interno nacional, sobretudo o nordestino, e de maneira tímida, mas presente, o migrante internacional.

Ao deslocar-se para as Ilhas, o migrante insular distribuía-se entre os rios, furos e igarapés povoando e alterando a demografia dessas regiões. Madre de Deus e Piramanha são exemplos dessa distribuição demográfica. Em cerca de 40% dos registros de casamento, esses dois grandes rios aparecem como residência dos noivos. Graças aos

⁸⁷ FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o ocidente**: Evolução das atitudes e dos comportamentos. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 53-54.

⁸⁸ MARCÍLIO, M. L. (1986). **Caiçara: terra e população**. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL.

⁸⁹ BITTENCOURT, Edgard de Moura. **Concubinato**. 3a ed. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1985.

registros de casamento também foi possível identificar os locais que este indivíduo se estabelecia. Foi possível também ter conhecimento sobre quais regiões das Ilhas estava concentrado o maior contingente populacional. Nesse sentido, a Ilha das Onças e Arapiranga figuram como esses locais principais. De um total de seiscentos e dois casamentos coletados no banco de dados até o momento, 76,8% (cerca de novecentos indivíduos) eram residentes na Ilha das Onças, 8,5% residentes em Arapiranga, e 14,7% residentes em Ilhas vizinhas. Todos eles registravam seus matrimônios no cartório da Ilha das Onças.

Analisando registros de casamento, percebemos como se dava a constituição dos matrimônios, assim como os padrões de ocupação de populações das Ilhas. A troca de núpcias comumente se dava entre comunidades, e não se percebe a presença de um padrão para arranjos e alianças na constituição dos casamentos para ocupação do território insular, com exceção das famílias detentoras de grandes propriedades nas Ilhas, na qual tratamos no capítulo I deste trabalho. A troca de núpcias entre ilhавos⁹⁰ é percebido em grande intensidade. Residentes em Arapiranga casavam-se com noivas da Ilha das Onças e vice-versa, levando-nos a crer que havia redes de contatos entre elas⁹¹, que se conheciam e mantinham laços afetivos.

Com relação ao migrante nordestino, uma das questões que mais se destaca é o expressivo índice de indivíduos que se casaram de modo endogâmico. Do total de 100% dos matrimônios desses migrantes celebrados no cartório da Ilha das Onças, 42% se dava com indivíduos da mesma naturalidade. No entanto, se analisarmos a documentação de mais perto veremos que essa porcentagem tende a ser maior, já que também foi possível identificar várias noivas com naturalidade paraense, mas com os pais cearenses ou potiguares, casando com migrantes nordestinos.

Cristina Donza Cancela pontua sobre casamento e família em Belém, afirmando que o número expressivo de casamentos homogâmicos entre esses migrantes podem estar associados à possibilidade de maior convívio nos espaços de moradia e trabalho. Ela ainda sugere a tentativa de manutenção de uma certa referência cultural desses imigrantes (portugueses, nordestinos) além da expectativa do retorno à terra natal, possivelmente

⁹⁰ A palavra “Ilhавos” não existe nos dicionários da língua portuguesa. É muito utilizada na região do município de Barcarena para se referir a um morador das Ilhas. Sempre que usarmos o termo Ilhавos nesta dissertação, estaremos nos referindo a um morador das Ilhas.

⁹¹ A respeito da rede de contato entre residentes nas Ilhas, ver item 3.3 do capítulo III, p. 87.

mais fácil de ser compartilhada quando se estava casado com alguém da mesma naturalidade (portugueses e nordestinos)⁹².

A presença de três grandes núcleos familiares foi identificada na população das Ilhas, ou seja, comunidades que eram formadas quase inteiramente por membros da mesma família. O núcleo da família Moraes, na comunidade Furo das Laranjeiras, na Ilha das Onças, a família Lopes, do Distrito das Mucuras e a família Filgueira⁹³ na Vila de Arapiranga.

2.3: AS VÁRZEAS E O LAR: VIVÊNCIA MIGRANTE NAS ILHAS

O ato de migrar comumente vem atrelado a muitos desafios. A decisão de partir, constituiu-se uma das primeiras etapas⁹⁴. Para Rocha-Trindade, partir faz parte do “itinerário” do imigrante, um conjunto de ações previamente organizadas, uma parte no ponto de origem e outra na cidade onde o indivíduo desejava estabelecer-se⁹⁵.

O migrante das Ilhas assumia no bojo de incitações, a difícil tarefa de adaptar-se num ambiente totalmente hostil a sua realidade cultural, identitária e social. O primeiro grande desafio, constituía-se na travessia pela baía de Guajará, que nos primeiros meses do ano por conta do rigoroso inverno amazônico, se apresentava com fortes tempestades. Essas travessias geralmente eram feitas em batelões e montarias⁹⁶ de remo e vela, em percursos que variavam de acordo com a disponibilidade das marés e do vento.

Residir num espaço insular tornou-se, portanto, parte da nova rotina migratória das Ilhas. Apesar da predisposição que habilita muitos novos moradores a vivência nas ínsulas, a vida dos migrantes não deixava de assumir uma condição de costumes e práticas insulanas. O retrato de uma vida pacata tendo o solo da várzea e os rios como cenário, o

⁹² CANCELA, C. D. **Casamento e família em uma capital amazônica** (Belém 1870-1920). 1. ed. Belém: Açáí, 2011. v. 900. 425p.

⁹³ Uma ressalva: Este núcleo familiar era residente na Vila de Arapiranga, era expressivo em número de membros, mas não era a única família residente na em Vila de Arapiranga.

⁹⁴ GUIMARÃES, op. cit. p. 120.

⁹⁵ Rocha-trindade, Maria Beatriz. **Refluxos da Emigração Portuguesa para o Brasil**. *Análise Social*, vol. XXII (90), 139-156, 1986-1º, 139 – 156.

⁹⁶ Os batelões e montarias são tipos de embarcações muito utilizadas pelos insulanos durante quase todo o século XX. Tinham formais iguais, mas tamanhos diferentes. Geralmente as montarias eram projetadas para o carregamento de mercadorias das ilhas até Belém.

verde das florestas de siriúbas, anhingas, mangues e açazais dominaram a vida do novo morador. Belém tornara-se já um clarão longínquo, poalha luminosa fixada no espaço⁹⁷.

O atrito das árvores, alinhado ao canto dos pássaros e o barulho das marés, compunham esse novo espaço de vivência insular. Ou seja, a vida nas várzeas incorporava um novo modo de vida que no caso de muitos, significava uma experiência nova, totalmente distinta de sua realidade cultural e social. Isso não significa dizer, que a presença humana se faz ausente. A naturalização do espaço insular aqui citado, se refere ao ambiente de serenidade que faz parte do ambiente das Ilhas. Importante é desnaturalizar a ideia dos cenários de matas e rios como espaços com excessos de natureza, e poucos braços afeitos ao trabalho.⁹⁸

A aquisição de novas habilidades necessárias para a vida na várzea, eram nesse sentido, primordiais. Aprender a remar, caçar, nadar, conhecer o ciclo das marés, a disponibilidade de frutas típicos das várzeas como o açai, miriti, taperebá, jutaí, ingá dentre outras seria umas das várias tarefas para aquisição de conhecimentos necessários à vivência ribeirinha.

A alimentação insulana também desponta-se como desafio. Incluir no novo cardápio: camarão, açai, farinha de mandioca, variadas espécies de peixe de igarapé, tais como: anujá, jacundá, jandiá, jijú, cangatá, acará, cachorro de padre, sarapó, traíra, seria parte da dieta insular. Além dos peixes, havia também disponibilidade de carne das caças nas ilhas: cotia, paca, preguiça, macaco prego, tamanduá, tatu, quandú, veado e aves: tucano, papagaio, socó-boi, japu, entre outras.

Ao inserir-se nas ilhas, o migrante imergia em um ambiente de aspectos culturais novos, buscava se adaptar, e quando contraía núpcias com um membro de núcleo familiar local, esse processo acelerava-se. As experiências de pescarias, trabalho e caçadas eram por muitas vezes registradas em cantigas entoadas nos rios, andando de canoa, pescando ou nas matas caçando. Uma dessas cantigas era proferida pelo migrante Tibúrcio, natural do município de Abaetetuba.

⁹⁷ CASTRO, Ferreira de. **A selva**: romance. 39a. ed., Ed. definitiva, Guimarães Editores, 2002. p. 42.

⁹⁸ DERGAN, op. cit. p. 43.

De acordo com um relato oral proferido pelo Seu Laurival Pantoja⁹⁹, Tibúrcio, de posse de um velho cavaquinho, deitado em uma rede na sala da pequena casa de assoalho de paxiúba, entoava nas manhãs chuvosas de inverno, uma canção de sua autoria que dizia o seguinte:

*Hoje amanheceu chovendo e eu não tinha o que almoçar
Passei a mão na espingarda tubarão vamos caçar
Quando fui chegando perto catingou tamanduá
Passei a bala no peito e vi o bicho arrevirar
Quando fui abrir o peito vi a banha alumiar
Essa banha já me serve pra levar pra curuçá
Para minhas filhas passar no cabelo quando forem passear
(Migrante Tibúrcio)*

A riqueza de detalhes presente na canção entoada por Tibúrcio, chama nossa observação. Este indivíduo cantava aquilo que vivenciava, ou seja, nesta canção é entoado uma experiência de caça. A familiaridade desse migrante com as várzeas é perceptível ao ponto de conhecer até mesmo o cheiro do tamanduá, que tem sua carne apreciada por muitos insulanos.

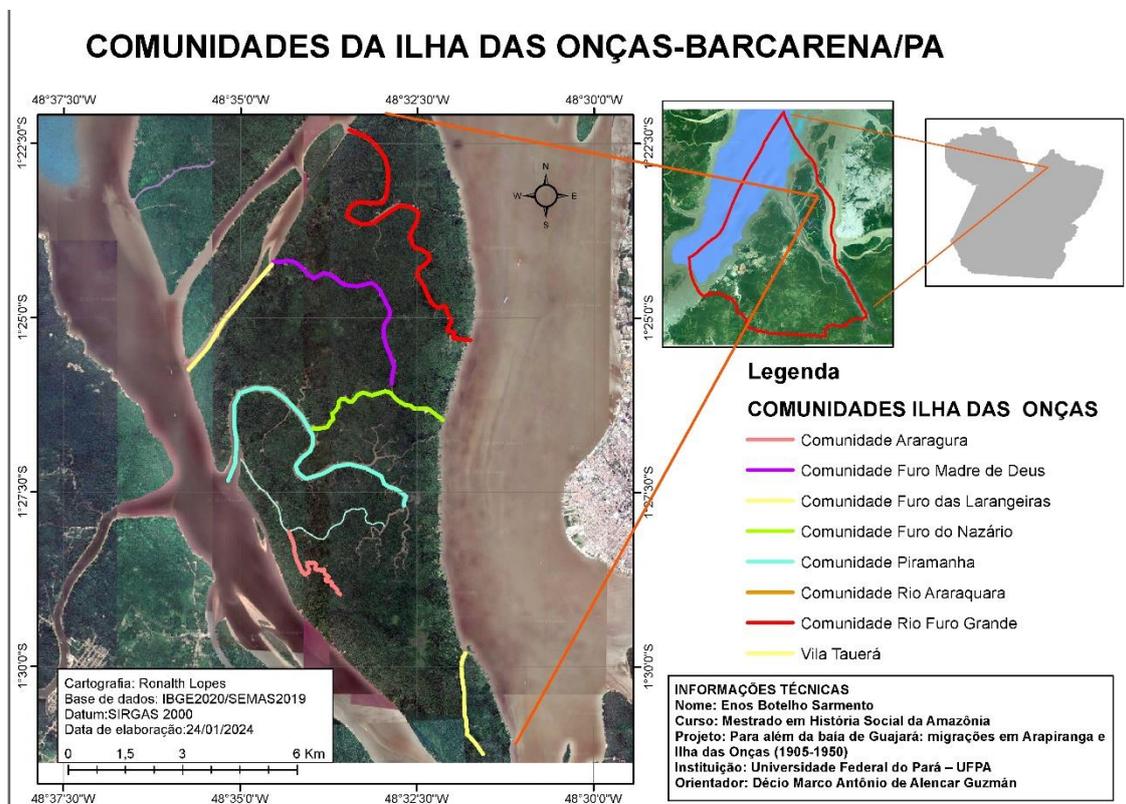
As evidências de trabalho, família e adaptação, nos mostra que o processo de inserção na ínsula do entorno de Belém era possível, que apesar da insalubridade da região, do difícil acesso, e do demorado processo de adaptação, a vivência nas ilhas sempre fora possível.

A vivência do migrante insular, distribuía-se ao longo dos rios, furos e igarapés da Ilha das Onças e Arapiranga. Durante toda primeira metade do século XX, a formação de pequenas comunidades foi se estabelecendo com a chegada gradual de novos migrantes e a constituição de novos núcleos familiares.

⁹⁹ Seu Laurival, 65 anos, é um ex-morador da comunidade Cutajú Açú na Ilha Arapiranga. Segundo relato oral, as cantigas eram parte do cotidiano vivenciado pelos insulanos, que comumente proferiram nos ambientes de trabalho, nas pescarias e caçadas.

Para a construção de dados mais detalhados acerca dos assentamentos dos migrantes nas Ilhas, optamos pela elaboração e análise de dois mapas. O primeiro mapa compreende o território da Ilha de Arapiranga, e o segundo da Ilha das Onças.

FIGURA 1: ILHA DAS ONÇAS



Observando o mapa da Ilha das Onças, é possível visualizarmos cerca de sete comunidades insulares formadas nas ribeiras de furos, igarapés e rios da Ilha. As informações constam nos registros de casamento do cartório da Ilha das Onças com referências a respeito da residência dos noivos, que permitiu localizar as famílias e indivíduos distribuídos por comunidades. Não estamos afirmando que as comunidades mencionadas acima se formaram a partir do período proposto na pesquisa, mas que no processo de constituição das mesmas, foi possível identificá-las como bastante povoadas.

A Ilha das Onças não é um território de povoamento único, em cada rio, furo ou igarapé está assentada uma comunidade. Nas muitas (cerca de vinte) viagens de campo que fizemos até a Ilha, foi possível mapearmos cerca de vinte comunidades espalhadas

por entre as várzeas. Os rios quando vistos de cima pelo mapa, são desenhados, ora por curvas sinuosas e estreitas, que tornam a navegação mais complicada, ora representada por uma linha reta com leitos mais largos.

A formação atual das comunidades insulanas de Ilha das Onças, tem parte de sua formação histórica atrelada ao expressivo fluxo migratório para a ilha durante toda primeira metade do século XX. O trabalho alinhou-se ao estabelecimento migrante nas várzeas, e conseqüentemente a constituição de famílias e povoamento de rios. As evidências do trabalho, família e adaptação, nos mostra o ato de residir nas ilhas, e nelas construir histórias de vida.

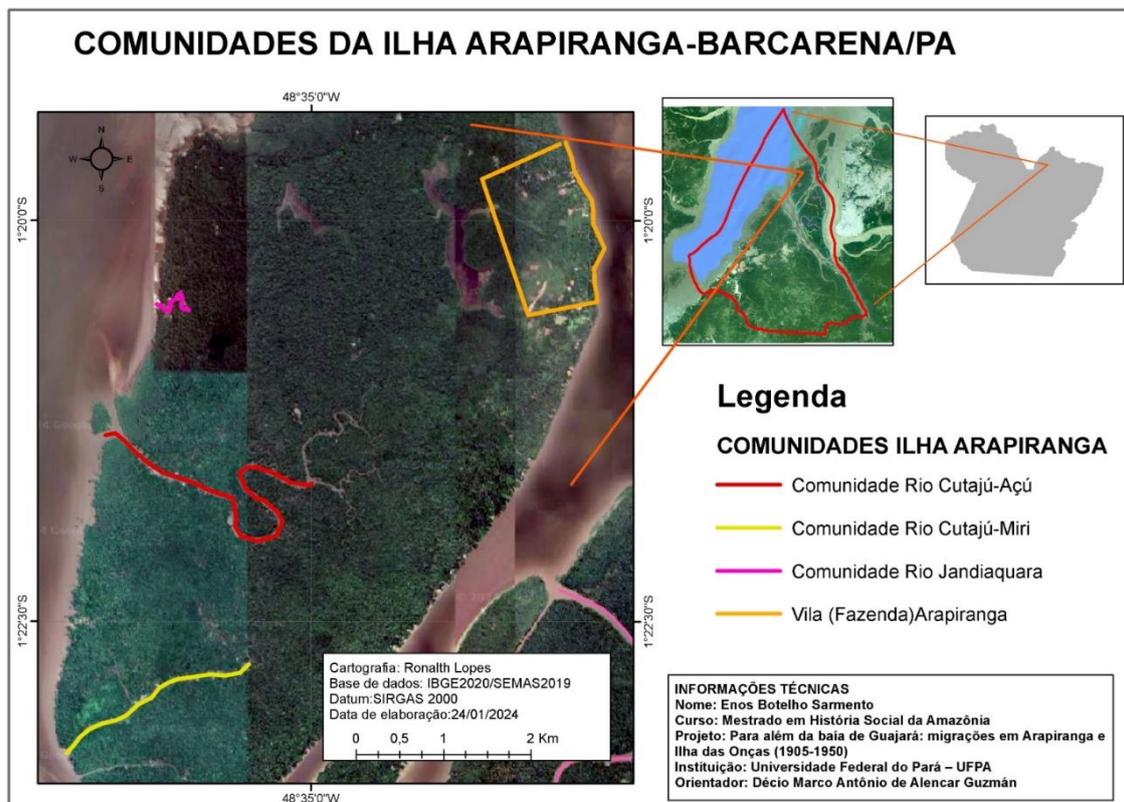
Através dos registros de casamento, percebemos que as comunidades Furo Grande, Madre de Deus, Tauerá Furo Nazário, Piramanha, Araraquara e Furo das Laranjeiras são as principais regiões para onde os imigrantes das ilhas se deslocavam, firmavam relações matrimoniais e se estabeleciam como insulanos.

Com exceção de Vila Tauerá, Madre de Deus e Piramanha¹⁰⁰, (comunidades onde percebemos maior contingente populacional) notamos que não há grande diferença na distribuição entre residentes nas comunidades (Araraquara, Cutajú-Mirim, Cutajú Açú, Jandiaquara, entre outras). Em todas se observou certo equilíbrio demográfico na distribuição da população. Isso nos leva a entender que o processo de povoamento nas Ilhas, (em particular o que se sucedeu durante as primeiras décadas do século XX) ocorreu de maneira uniforme entre as comunidades¹⁰¹.

FIGURA 2: ILHA ARAPIRANGA

¹⁰⁰ Elegemos alguns fatores que apontam para o crescimento do contingente populacional dessas comunidades: (1) os núcleos familiares, que foram crescendo à medida que ocorriam novos matrimônios, (2) o processo de fixação do migrante nas comunidades, e (3) no caso de Madre de Deus e Piramanha, está aliado o fator extensão do rio. Isso é possível observar no Mapa 1. (4) No caso da Vila Tauerá, o fator principal para explicar o contingente populacional está associado à presença da Olaria Landi que atraía um grande número de operários interessados pelas possibilidades de trabalho naquela indústria.

¹⁰¹ Soma-se a esses territórios, o distrito da Ilha Mucura, uma pequena extensão de terras alagáveis localizada entre a Ilha das Onças e a Ilha de Arapiranga.



No mapeamento de comunidades de Arapiranga (assim como aquele foi feito na Ilha das Onças) foi possível identificar a existência nos dias atuais de cerca de quatorze comunidades consideravelmente povoadas entre os rios furos e igarapés da Ilha Arapiranga. Com exceção da Vila de Arapiranga, a distribuição demográfica entre as comunidades é bastante inferior comparando-se ao que já foi observado acerca da Ilha das Onças. Como já mencionamos, Arapiranga possui uma extensa região de terra firme, sendo talvez esse e outros fatores,¹⁰² razão para que o fluxo de indivíduos fosse mais intenso especificamente nesta região.

No mapa 2, é possível visualizarmos o território da Ilha de Arapiranga. Esta ilha – que ocupa parte significativa da área fronteiriça da capital do Pará – possui uma característica que a distingue da maioria das outras Ilhas assentadas nas proximidades de Belém: parte do território de Arapiranga é várzea de outra terra firme. Essa particularidade de Arapiranga a diferencia das demais ilhas de várzea do entorno de

¹⁰² Outros fatores estão associados ao empreendimento que foi sediado na Vila de Arapiranga ainda no século XIX: a Olaria Arapiranga, a Serraria Arapiranga, o estaleiro naval Arapiranga, que oportuniza trabalho atraindo e estabelecendo o migrante especialmente nesta região da Ilha. Trato com mais detalhes sobre este empreendimento no capítulo 3, item 3.2.

Belém, que comumente é composta por terras alagáveis, sujeitas a constantes inundações em diferentes períodos do ano.

A característica de Arapiranga (parte terra firme e parte várzea) foi examinada por Fábio de Castro, que ao estudar a topografia do ambiente das várzeas, as classificou em três tipos: (1) comunidades insulares – localizadas em ilhas de várzea, sem acesso a áreas de terra firme; (2) comunidades de margem – localizadas entre os solos de várzea e de terra firme; e (3) comunidades de terra firme em áreas mais altas, mais próximas às áreas de várzea¹⁰³.

As comunidades formadas na Ilha Arapiranga, classificam-se neste sentido como comunidades de margem, em que há a presença de indivíduos circulando entre a várzea e a terra firme. Os residentes nesse tipo de comunidade, na ausência de atividades laborais na terra firme, sazonalmente elegem a várzea como local de trabalho, e a terra firme como residência, ou seja, é nas várzeas que eles coletam, praticam as atividades ligadas à pesca (o que comumente ocorre durante o dia) e no final do dia retornam para casa, na terra firme.

A particularidade do território Ilha Arapiranga influenciou no assentamento dos migrantes que se deslocaram para lá durante as primeiras décadas do século XX, pois é para a região de terra firme onde percebemos o destino final da maioria deles. A presença dos grupos de trabalhadores na olaria, na serraria, no transporte de produtos, residindo no espaço de terra firme, elevou essa região à categoria de vila¹⁰⁴. Além disso, a presença desses equipamentos de produção e transporte de mercadorias no território da ilha ocasionou a necessidade maior de instalação do controle fiscal e administrativo pelas autoridades do governo do Estado, ao qual Arapiranga estava subordinada.

Ao contrário do que sucedeu na Ilha das Onças, os rios e igarapés de Arapiranga, pareciam ter escassez de contingente populacional durante as primeiras décadas do século XX dando a impressão de que a de várzea de Arapiranga era despovoada. Mas na realidade não era. Apesar de possuir território híbrido, a tendência da demografia de

¹⁰³ CASTRO, F. de. **Economia familiar cabocla na várzea do Médio-Baixo Amazonas**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. In Press.

¹⁰⁴ É o que geralmente aparece nos registros de casamento do local de residência dos noivos: Vila Arapiranga, ou Fazenda Arapiranga. Esta Vila dispunha de um organizado povoado, com comércio, igreja, cemitério, trapiche para escoamento da produção de telhas, tijolos, madeiras e borracha. Trato com mais detalhes sobre esta Vila no capítulo 3, item 3.2.

Arapiranga era tornar as várzeas somente um nicho de trabalho, sendo possível detectar a presença de indivíduos nelas.

De acordo com os registros de casamento do cartório da Ilha das Onças, foi possível identificar quatro locais da Ilha de Arapiranga onde os migrantes insulares estavam assentados: Vila Arapiranga, Rio Jandiaquara, Rio Cutajú-Açú e Rio Cutajú-Mirim. Com relação aos nomes dos rios, estes posteriormente tornavam-se a marca identitária servindo para reconhecer membros das diferentes comunidades espalhadas por eles. Não sabemos até o momento a procedência desses nomes, pois é nas certidões de casamento que estas toponímias aparecem como endereço de residência dos nubentes.

A reconstrução dos locais de origem das populações das Ilhas foi possível por intermédio dos relatos orais obtidos com membros de diferentes comunidades. Em cada igarapé, rio ou furo que eu visitava, perguntava o nome daquela comunidade. Através das respostas dos interlocutores, eu confirmava ou não nas certidões de casamento o lugar correspondente de ocupação declarado pelos nubentes e noivas como sendo efetivamente seus endereços de residência.

Após investigados as origens dos migrantes insulares e os locais nos quais estes indivíduos se assentavam nas Ilhas, a partir de agora vamos conhecer o modo como se davam as migrações por sexo e faixa etária para as ilhas.

CAPÍTULO III

O PERFIL DO MIGRANTE INSULAR

No capítulo III, construímos o que denominamos de “O perfil do migrante insular”. Buscamos nessa última parte da Dissertação rastrear a idade, profissão, além das uniões matrimoniais estabelecidas nas ilhas em virtude do processo migratório. Seguindo a mesma estrutura dos capítulos anteriores, no primeiro subitem nos atentamos à análise do sexo e faixa etária dos migrantes, seguido do trabalho e ofício migrante e finalizando no terceiro subitem com o casamento e a união familiar nas ilhas. Os registros de casamento mostraram-se fundamentais também neste capítulo, pelo fato de conterem informações cruciais (naturalidade, idade, estado civil, profissão, entre outros) sobre os insulanos, que possibilitam o entendimento sobre quem migrava para as ilhas.

Para análise e construção do perfil, novamente recorreremos à documentação dos registros de casamentos do cartório da Ilha das Onças feitos de 1905 a 1950 armazenados em base de dados da plataforma *Access*, além de registros de alistamento eleitoral de 1898 a 1910 e recortes de jornais do *Estado do Pará* disponibilizados virtualmente na Hemeroteca Digital Brasileira.

3.1 SEXO E FAIXA ETÁRIA DO MIGRANTE INSULAR

Uma vez analisada a origem e o lugar de destino que o migrante vai ocupar nas Ilhas, vamos investigá-lo a partir de um novo aspecto, relativo à idade e gênero. Por intermédio dos registros de casamento feitos no cartório da ilha das Onças, foi possível mapear o quantitativo de migrantes homens e mulheres, assim como a idade desses indivíduos.

Mirian Halpern Pereira ao traçar o perfil do imigrante português que deslocou-se para a Amazônia, sobretudo ao Pará e Amazonas no último quartel do século XIX, aponta para uma migração eminentemente masculina, sendo 98% dos indivíduos homens. O que também chama atenção na pesquisa de Miriam, é que 75% dos migrantes são menores, com idade entre 12 e 14 anos¹⁰⁵.

Apesar da presença masculina predominante nas migrações mostrada por Emmi, Luiz Guimarães¹⁰⁶ aponta que nas mobilidades de imigrantes portugueses no início dos oitocentos, os movimentos de caráter espontâneo (aqueles com maior índice de retorno) eram constituídos essencialmente de homens e mulheres solteiros, demonstrando que apesar da maioria das migrações ser do gênero masculino, as mulheres não eram exceção, sendo importante a presença delas nas viagens e, sobretudo, na adaptação dos viajantes após a passagem atlântica¹⁰⁷.

Estudando as migrações espanholas para a Amazônia entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, Francisco Pereira Júnior conclui que os migrantes espanhóis que entraram no Pará em 1896, possuíam uma faixa etária dividida em duas modalidades distintas, com uma entrada significativa de imigrantes com idade entre 1 e 10 anos e 31 e 40 anos¹⁰⁸.

¹⁰⁵ PEREIRA, Miriam Halpern. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2002; ROCHA-TRINDADE, M.B; CAEIRO, D. Portugal – Brasil: Migrações e Migrantes 1850-1930. Lisboa: Edições Inapa, 2002.

¹⁰⁶ GUIMARÃES, op. cit. p. 52.

¹⁰⁷ Apesar de estarmos tratando aqui das migrações que se sucederam em outra época, e para outro lugar, o objetivo é frisar a presença feminina nas migrações.

¹⁰⁸ SMITH JÚNIOR, op. cit. p. 108.

No ano de 1897, Pereira Júnior marcou a existência de três faixas de idade muito próximas, 1 a 10 anos, 21 a 30 anos e 30 a 40 anos. As idades dos migrantes espanhóis, relativamente muito jovens chamou a atenção do autor, que afirma:

Observando-se que todas as faixas etárias não ultrapassam a idade máxima de 40 anos, pois havia a preferência pelos imigrantes que pudessem oferecer ainda sua força de trabalho, e quando não, que fossem a futura força de trabalho, como é o caso dos mais jovens, menores de 10 anos.

Adentrando as imigrações que se sucederam a partir do século XX, com aporte dos importantes estudos de Santos (1980)¹⁰⁹, Smith Júnior e Galvão (2015)¹¹⁰ e Sarges (2010)¹¹¹ e Marília Emmi apresenta as imigrações subsidiadas pelas autoridades políticas do Pará, que sucederam em virtude da formação de colônias agrícolas especialmente de portugueses, espanhóis e italianos¹¹². Segundo Emmi, os imigrantes que se dirigiram para as colônias agrícolas no Pará eram formados por grupos familiares de pequenos agricultores.

Observando as migrações por núcleo familiar que Emmi mostra, entende-se que homens, mulheres, jovens e crianças aportaram no Pará nas primeiras décadas do século XX, que rompeu com as migrações eminentemente masculinas e de maioria jovem do último quartel do século XIX.

Tomamos como base para análise algumas características do imigrante estrangeiro com objetivo de buscar construir parte do perfil do migrante insular, no que tange o sexo e faixa etária desse indivíduo. Ao mesmo tempo, buscamos a compreensão da diversidade dos diferentes grupos que rumaram à Amazônia a partir do século XX, visando a procura por trabalho.

As trajetórias dos migrantes eram movidas por suas necessidades particularmente econômicas. Isso implicava diretamente na vida social, pois para muitos o trabalho precoce era questão de sobrevivência. Nesse sentido, a expectativa de vida de um indivíduo está ligada às atividades que ele exerce ao longo da vida. Em se tratando de

¹⁰⁹ SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

¹¹⁰ SMITH JÚNIOR, Francisco; GARVÃO, Rodrigo. A imigração subsidiada: os contratos para introdução de espanhóis no Pará. **Revista Crítica Histórica**, [S.L.], v. 6, n. 11, p. 174-195, 2015. Universidade Federal de Alagoas. <http://dx.doi.org/10.28998/rchv16n11.2015.0010>, p. 174-195.

¹¹¹ SARGES, Maria de Nazaré. A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém do Pará (1890-1910). In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Orgs.). *Tópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açai, 2010. p. 201-218. v. 1.

¹¹² EMMI, op. cit. p. 8.

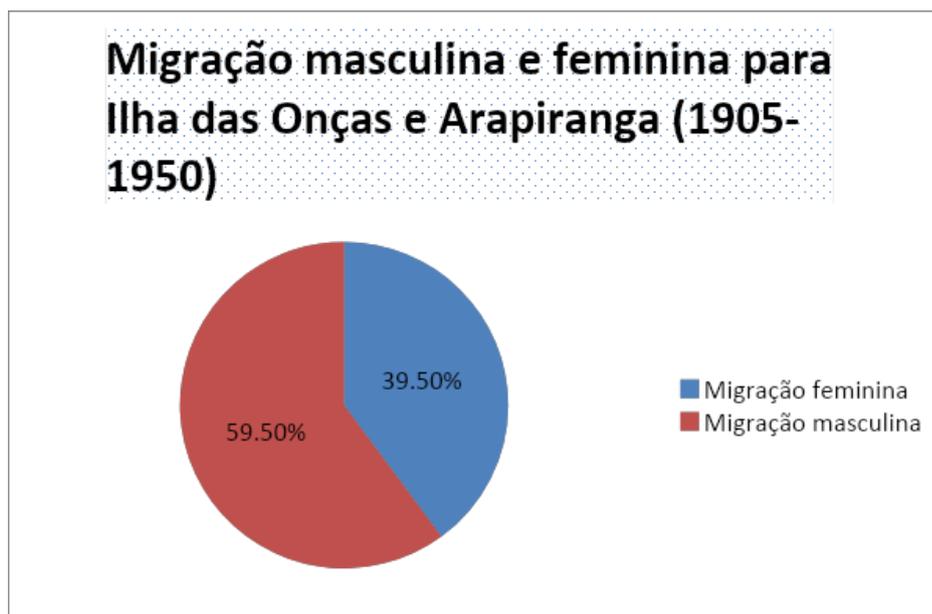
muitos imigrantes, era improvável a elevada expectativa de vida, dada a idade precoce com a qual começavam a trabalhar.

Ao analisar as informações desses indivíduos, buscamos entender continuidades e rupturas entre um imigrante estrangeiro, com processo de migração subsidiado pelo governo, e, por outro lado, o migrante que, em muitos casos, aparece na condição de “sobrevivente”, adentrando as várzeas, e trazendo em sua companhia esperança de trabalho além da perspectiva de um arranjo familiar no recente e desconhecido lugar de moradia.

Na análise dos registros de casamento, fica evidente, como já dissemos, que as migrações masculinas para as ilhas da fronteira de Belém foram maiores do que as femininas. No entanto, isso não significa dizer que a presença das migrações femininas para as ilhas foi insignificante, ou ausente nas estatísticas.

Para efeito de esclarecimento, o gráfico abaixo mostra em detalhes os números de migrações masculinas e femininas para a Ilha das Onças e Arapiranga.

GRÁFICO 1



Fonte: Banco de dados de Enos Sarmiento cartório ilha das Onças (1905-1950)

De acordo com o *gráfico 1*, 59,50% das migrações para as ilhas eram masculinas, seguido de 39,50% de migração feminina. Esses dados corroboram com as estatísticas

dos pesquisadores que mencionamos anteriormente ¹¹³ a despeito do quantitativo de migrações femininas e masculinas para a Amazônia em geral desde as últimas décadas do século XIX.

Ao observarmos os números, percebemos que estes favoreceram as redes de relações matrimoniais dos indivíduos migrantes com as mulheres que já se encontravam na região das Ilhas, pois é possível inferir nos registros de casamentos muitas migrantes contraindo matrimônios com insulanas paraenses já assentadas nessas regiões. Isso é possível observar também - em menor escala - entre os homens, promovendo redes de sociabilidades entre migrantes e insulanos.

Como parte da construção do perfil migrante, a análise em tabelas por gênero e idade é fundamental na compreensão dessas populações insulares que se formaram a partir dos deslocamentos ocorridos no referido período estudado. As tabelas que se seguem, (tabelas 4 e 5) mostra o migrante das Ilhas divididos por sexo e faixa etária. A primeira delas diz respeito aos números de indivíduos homens e suas respectivas médias de idade, seguida da tabela com os números das migrações femininas e suas idades ocorridas para a Ilha das Onças e a Ilha Arapiranga.

Na tabela abaixo, apresento o quantitativo das migrações masculinas por faixa etária.

TABELA 1.4

FAIXA ETÁRIA MIGRAÇÃO MASCULINA PARA ILHA DAS ONÇAS E ARAPIRANGA (1905-1950)		
Entre 19 e 30 anos	Entre 30 e 40 anos	Entre de 40 e 75 anos
65%	13,3%	21,7%

Fonte: Banco de dados de Enos Sarmiento sobre casamentos cartório Ilha das Onças (1905-1950)

Pelos dados apresentados na tabela 4, percebe-se que mais da metade (65%) dos migrantes homens que deslocaram-se para a Ilha das Onças e Arapiranga durante toda a primeira metade do século XX, possuía entre 19 e 30 anos. Uma população relativamente

¹¹³ Francisco Pereira Smith Júnior, Marília Ferreira Emmi, Luiz Guimaraes e Mirian Halpern Pereira.

jovem, se levarmos em conta os números apresentados para a população entre 30 e 40 anos, assim como aquela entre 40 e 75 anos.

É importante ressaltar que não sabemos o momento exato no qual o migrante se estabeleceu nas Ilhas, pois para isso dependemos de uma documentação que registre a chegada desses indivíduos a esses locais, como bilhetes de passagem, registros de chegada, entre outros. A ausência de tal documentação até o momento de certo modo influencia (mas não impede) a análise da faixa etária dos migrantes, pois os registros a respeito da idade dos migrantes estão disponíveis a partir da data de casamento e não da chegada dos mesmos nas Ilhas.

Apesar das insuficiências de documentação a respeito das populações das ilhas relatadas anteriormente, o fato é que isso não invalida a possibilidade de construção do perfil do migrante da Ilha das Onças e Arapiranga. Percebemos esse fato como um desafio comum ao trabalho do historiador, ao qual cabe o papel de juntar as evidências históricas e dar-lhes uma interpretação coerente.

Este desafio demanda ao historiador suspender, temporariamente, as buscas em arquivos fechados e percorrer outros caminhos na senda de seu objetivo. Para fazer isso, o pesquisador não pode se deixar levar pelo sedentarismo, ou tornar-se, um burocrata da história, mas deve ser um andarilho fiel a seu dever de exploração e aventura¹¹⁴.

Logo, dentro desse espírito, a possibilidade de interpretação da primeira etapa de chegada desses homens e mulheres estrangeiros às ilhas, o mais evidente que percebemos na totalidade da documentação disponível até agora, foi a de que este migrante adentrou nas Ilhas antes do período relatado no registro de matrimônio, dado que no momento da sua chegada, primeiro havia a necessidade de construir redes de relações, de adaptação e integração ao novo lugar de moradia, até chegar o momento do seu matrimônio.

Os cerca de 21,7% da população de migrantes homens que tinham entre 40 e 75 anos chama atenção, principalmente, pela notável expectativa de vida apresentada, já que no início do século XX, a expectativa de vida para os homens no Brasil era de 32 anos¹¹⁵.

¹¹⁴ BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p 21.

¹¹⁵ De acordo com o demógrafo José Eustáquio Diniz Alves, na primeira metade do século XX a esperança de vida passou de 32 anos em 1900 para 34,1 anos em 1913. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/?q=esperanca-de-vida-diante-da-emergencia-sanitaria-e-climatica>. Acesso em 29/07/2022.

É importante destacar que são ínfimos os números de indivíduos masculinos que apresentaram idade de 75 anos nos registros de casamento, pois ao fazermos um segundo cruzamento de dados apenas com os indivíduos migrantes masculinos entre 55 e 75 anos estes são de apenas 5,9% que chegavam a esta idade. Dados os trabalhos pesados¹¹⁶ das várzeas, aliado ao consumo já frequente de fumo e álcool nesses anos iniciais do século XX, a expectativa de vida desses indivíduos masculinos na região das Ilhas era relativamente baixa.

Enquadra-se também outra ressalva a respeito dos números, porque muitos migrantes que constituíam família nas ilhas, nem sempre casavam-se jovens, predominando a prática de amasiamento (muito comum entre as populações tradicionais) por várias razões e por vários anos. Muitos oficializaram a união acima da idade de cinquenta anos, já com os filhos adultos. Outros nem chegavam a casar, mantendo relações de amasiamento.

Percebe-se nesta primeira tabela da migração masculina para as Ilhas, números expressivos de migrantes jovens, construindo relações de trabalho e matrimônio. E com relação às migrações femininas? É possível afirmar que as mulheres eram em número expressivo, e que mulheres jovens migravam para as Ilhas? É o que veremos na próxima tabela.

TABELA 1.5

FAIXA ETÁRIA MIGRAÇÃO FEMININA PARA ILHA DAS ONÇAS E ARAPIRANGA (1905-1950)		
Entre 14 e 20 anos	Entre 20 e 30 anos	Entre de 30 e 54 anos
39%	52%	9%

Fonte: Banco de dados de Enos Sarmento sobre casamentos cartório Ilha das Onças (1905-1950)

Os números das migrações femininas para as Ilhas diferem em alguns aspectos das migrações masculinas. De acordo com os registros do cartório da Ilha das Onças, a maioria da população migrante feminina que se deslocava para estas Ilhas na primeira

¹¹⁶ Discuto a respeito do trabalho no capítulo III, subitem 3.2 p. 78.

metade do século XX (52%) possuía entre 20 e 30 anos. Em seguida, e com números expressivos também, (39%) aparece a população entre 14 e 20 anos.

Observando com detalhe a tabela 5, percebemos que a população migrante feminina, é mais jovem diante da masculina, se levarmos em conta o percentual de idade entre 14 a 54 anos das mulheres. Eram mulheres solteiras em sua maioria, e que geralmente não viajavam sozinhas, mas em grupo familiar, ou em parceria com outros membros do grupo que possuíam relação de parentesco. Essa afirmativa se deve ao fato de que, de maneira muito comum, percebemos nos registros de casamento a presença dos pais ou de algum parente próximo no momento das trocas nupciais.

Assim como nas migrações masculinas, cabe ressalva ao percentual de 9% de mulheres migrantes entre 30 e 54 anos, pois esse número se refere às mulheres na condição de amásias que, depois de muito tempo, oficializaram a união, ou em outros casos, são migrantes viúvas que contraíam segundas núpcias. Ou seja, assim como no caso dos homens, muitas mulheres migraram num período anterior à data de seus matrimônios, fazendo-nos saber de sua presença nas ilhas até o momento apenas através dos registros de casamento.

De maneira geral, os aspectos de idade e gênero dos migrantes que se deslocaram para a Ilha das Onças e Arapiranga na primeira metade do século XX, alinham-se a outras correntes migratórias que se sucederam ao Pará neste mesmo período, como já mencionamos através dos trabalhos de Miriam Halpern Pereira e Smith Júnior.

As características de gênero e idade dos imigrantes das Ilhas, compõem parte do perfil que está sendo construído neste capítulo. Até aqui sabemos de suas origens e de seus locais de ocupação nas Ilhas. O item a seguir fará uma abordagem em torno do estado civil desses indivíduos. As vivências desse migrante insular, as atividades desempenhadas nas Ilhas e as relações com outros indivíduos serão analisados também no próximo item.

3.2 O MIGRANTE, SEU OFÍCIO E TRABALHO

Migrar para as Ilhas era sinônimo, em primeiro lugar, de levar na bagagem a perspectiva de obter trabalho. A busca por trabalho foi um dos principais fatores do ato de migrar no século XIX e início do XX¹¹⁷. Não queremos fazer dessa afirmação uma via

¹¹⁷ HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 93.

única nas reflexões sobre os processos migratórios desencadeados para a Amazônia, mas ao eleger o trabalho como força motriz para o deslocamento dos indivíduos migrantes dentre outros fatores, estamos nos baseando nos principais estudos históricos acerca desse período¹¹⁸.

Edilza fontes discute os projetos imigrantistas no momento histórico do fim da escravidão¹¹⁹. A autora afirma que “faltavam braços” no Pará, e que a análise dos projetos apresentados pelos vários setores econômicos no parlamento, indicavam diversos caminhos para constituição de um mercado de trabalho assalariado ou não-escravo no Pará, e que se intensificaram no período pós-Cabanagem¹²⁰.

Para Edilza Fontes¹²¹, o trabalho é o centro das discussões em torno das correntes migratórias. O trabalho move o migrante, o leva a atravessar oceanos, baías, rios e estradas para satisfazer o desejo de constituir sonhos em terras novas¹²². Além disso, ele leva para aquele novo lugar suas habilidades, sua cultura, seu modo de ser. Pressupõe a transferência geográfica do indivíduo por um tempo definitivo ou longo, residindo e (re)criando sua experiência, e estabelecendo rupturas com o local de origem¹²³.

Anndrea Tavares ao refletir sobre o crescimento populacional de Belém no início do século XX, observa que as dinâmicas que envolviam as levas de migrantes brasileiros para a Amazônia, sobretudo os nordestinos, tinha entre alguma de suas causas a emergência por trabalho: sujeitos que fugidos da seca, de pobreza, da falta de oportunidades ou de guerras, buscavam no Brasil e na Amazônia chão para morar e trabalhos por realizar.¹²⁴

¹¹⁸ Os já citados estudos de Edilza Fontes, Franciane G. Lacerda, Bárbara Weinstein, Stephen L. Nugent, Cristina D. Cancela, para mencionar apenas alguns (ver a referência completa desses estudos na Bibliografia final deste trabalho).

¹¹⁹ FONTES, Edilza. **Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

¹²⁰ Idem

¹²¹ Edilza aborda a presença portuguesa a partir do trabalho, da cultura e da atuação dos imigrantes no movimento social.

¹²² Entende-se que o caso dos imigrantes portugueses, (assim como os deslocamentos destes) foi diferente das migrações a que este trabalho se dedica, mas exemplifica o fator chave das mobilidades.

¹²³ CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho, op. cit. p. 234.

¹²⁴ TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas”**: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930). 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

Mas como seria trabalhar e viver nas ilhas de várzea da capital paraense? Dadas as ofertas de trabalho disponíveis nessas regiões insulares, a vivência aí não era uma tarefa fácil. O trabalho nos seringais, nas pequenas lavouras e principalmente nas olarias estavam entre as principais ofertas de atividade disponíveis. O migrante que se deslocava para as Ilhas trazia em sua bagagem as habilidades necessárias ao desempenho dos serviços disponíveis nessas regiões.

Na tabela abaixo, apresento em números as profissões dos migrantes que dirigiram-se para as Ilhas durante a primeira metade do século XX. Ressalto que os dados seguintes foram gerados a partir das certidões de casamento do cartório da Ilha das Onças.

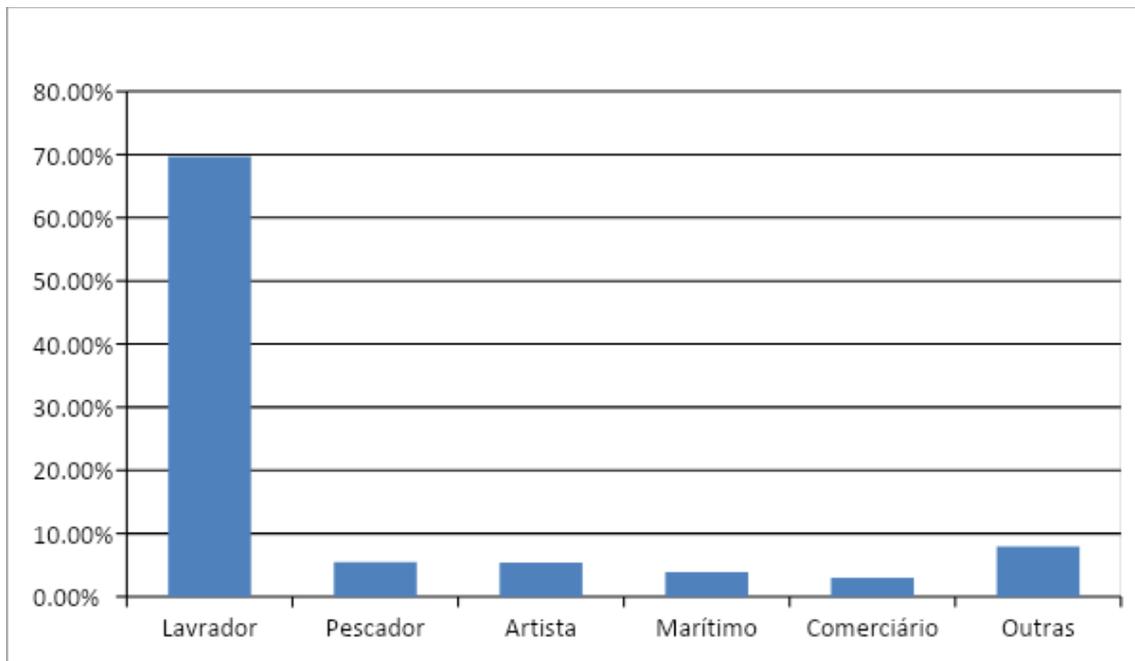
TABELA 1.6

Tabela de profissões			
Profissões	Nº de migrantes	Profissões	Nº de migrantes
Agência	3	Funcionário Público	4
Agricultor	17	Gráfico	1
Ambulante	2	Lavrador	419
Artista	32	Lojista	1
Braçal	4	Marceneiro	1
Caldeireiro	1	Marítimo	23
Carpinteiro	2	Motorista	2
Carvoeiro	2	Oleiro	3
Comerciante	6	Operário	10
Comerciário	18	Pescador	33
Copeiro	1	Proprietário	1
Encanador	1	Timoneiro	1
Foguista	1		

Fonte: Banco de dados de Enos Sarmento casamentos cartório Ilha das Onças (1905-1950)

Os dados apresentados na Tabela 6 mostram a heterogeneidade de profissões do migrante das Ilhas. Quando computados em gráfico, temos a seguinte composição:

GRÁFICO 2



No *gráfico 2*, selecionamos as cinco profissões dos migrantes com as maiores computações. Os lavradores estão em maior número, seguido pelos pescadores, artífices, comerciantes, agricultores e outras profissões¹²⁵. Percebe-se uma abundância de mão de obra qualificada para o trabalho nas lavouras da várzea. Nesse sentido, dado o expressivo número de migrantes que declararam-se lavradores, pode-se afirmar que as Ilhas dispunham de certa estabilidade para produção e desempenho de atividade rural. O mesmo não estava acontecendo na capital do Pará que encontrava dificuldades.

Edilza Fontes também aponta essa dificuldade de mão de obra para o meio rural entre os imigrantes portugueses que chegaram ao Pará na virada do século XIX para o século XX. Segundo a autora, ao analisar as habilitações consulares¹²⁶ desses imigrantes

¹²⁵ Veja na tabela 6: outras profissões, p. 81.

¹²⁶ A historiadora Edilza Fontes foi uma das primeiras a trabalhar com as habilitações consulares. Esta documentação encontra-se nos arquivos do Grêmio Literário Português. São vários volumes com fichas cobrindo o período entre 1858 a 1959. Estas fichas foram produzidas pelo consulado português e contém dados sobre os migrantes portugueses como: nome, número da habilitação, idade, estado civil, emprego, data da habilitação, transporte utilizado, características físicas, documentos apresentados, data da primeira e segunda chegada, província, conselho e residência. (FONTES, 2002, p.72)

ela conclui que no Pará, os dados referentes às profissões contidas nas habilitações apontam uma quantidade insignificante de lavradores no cômputo geral¹²⁷.

Com um público de imigrantes que na sua maioria se apresentava com mão de obra voltada para atividades comerciais, a falta de braços disponíveis para o trabalho no campo ia à contramão daquilo que o governo planejava com os projetos imigrantistas que incentivaram principalmente a prática da agricultura, já que muitos trabalhadores se embrenharam nas matas amazônicas movidos pelo desejo de fazer fortunas com a extração de látex. Edilza fala que:

Os governos da Província e do Estado do Pará, planejavam a vinda de lavradores para aumentar a oferta de gêneros alimentícios para os mercados dos centros urbanos como Belém e Manaus e para barracões do interior do Estado. No período, houve um aumento de atividades comerciais na cidade de Belém que teve que se reorganizar e organizar sua praça comercial para abarcar todas as necessidades de uma cidade portuária e sede das casas aviadoras e bancos exportadores de látex¹²⁸.

O impasse das dificuldades por imigrantes lavradores foi gradativamente sendo resolvido com a chegada de novas levas de imigrantes e migrantes habilitados ao trabalho nas lavouras.

Nosso objetivo não é aprofundar a discussão a respeito da ausência de mão de obra habilitada para atividade rural, da qual trata a autora, mas sim refletir sobre a importância da presença dos imigrantes lavradores nas Ilhas. Através do importante número de lavradores insulanos, entendemos que as Ilhas desenvolviam uma atividade importante na produção agrícola para o abastecimento da capital do Pará. Este fato é essencial para a argumentação das principais hipóteses do presente estudo.

Os pescadores, artífices, marítimos e comerciários alcançam um total de 18% das profissões do migrante das Ilhas. No restante, reunido no item “outras profissões”, percebemos a presença de ambulantes e até de um farmacêutico. Um acaso em especial chama nossa atenção na análise das profissões do migrante insular: a baixa quantidade de lenheiros e oleiros e seringueiros (respectivamente 0% de lenheiros, 0% de oleiros, além de não percebermos a presença de nenhum seringueiro). Por ser uma região de muitos seringais e também onde se assentaram as instalações de duas grandes indústrias

¹²⁷ FONTES op. cit. p. 89

¹²⁸ FONTES, op. cit. p. 91

produtoras de cerâmica¹²⁹, causa estranheza o fato de que na tabela 1.6 o número de oleiros foi de apenas 3, e nenhum registro relacionado a essas profissões. Porém, é possível que os oleiros também estejam incluídos na categoria dos artífices.

Como mencionado anteriormente¹³⁰, a construção do perfil do migrante das Ilhas foi amparado por uma documentação fundamental: os registros de casamento do cartório da Ilha das Onças. Mas nem todos podiam ou se interessaram em oficializar matrimônios nas Ilhas, levando-nos a tentar encontrar os dados desses indivíduos em outros arquivos. Logo, após um tempo de muita pesquisa, foi possível encontrar informações a respeito dos oleiros e operários em alistamentos eleitorais disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira¹³¹.

Na tabela abaixo, constam dados de alistamento eleitoral do ano de 1898. É importante dizer que nesses dados não constam informações a respeito da naturalidade dos trabalhadores alistados. A resposta a essa pergunta foi possível por intermédio de relatos orais de dois ex-funcionários respectivamente da Olaria Landi e Olaria Arapiranga. Trata-se da senhora Angelita Souza Serrão, 79 anos, residente na Ilha de Arapiranga e Benjamim da Silva Botelho, 88 anos. Ela é a terceira de sua geração familiar residente na Ilha. Seus avós, vindos da região do Marajó, estabeleceram-se em Arapiranga ainda no início do século XX trabalhando como oleiros na Olaria de Arapiranga. Benjamim da Silva Botelho, migrou da região de Barcarena para a Ilha das Onças na década de 50. Trabalhou como ajudante de carregamento no barco da Olaria Landi que transportava telhas e tijolos para Belém.

Pelo relato desses trabalhadores foi possível saber que se tratava de migrantes vindos principalmente de cidades vizinhas às Ilhas de Arapiranga e Ilha das Onças (das regiões marajoara e do baixo Tocantins) e do nordeste paraense.

TABELA 1.7

¹²⁹ Ver item capítulo I, subitem 1.1: A formação das comunidades nas várzeas, p. 32-34.

¹³⁰ Ver introdução do capítulo III, p. 71.

¹³¹ Alistamento eleitoral ano de 1898 – Hemeroteca Digital Brasileira.

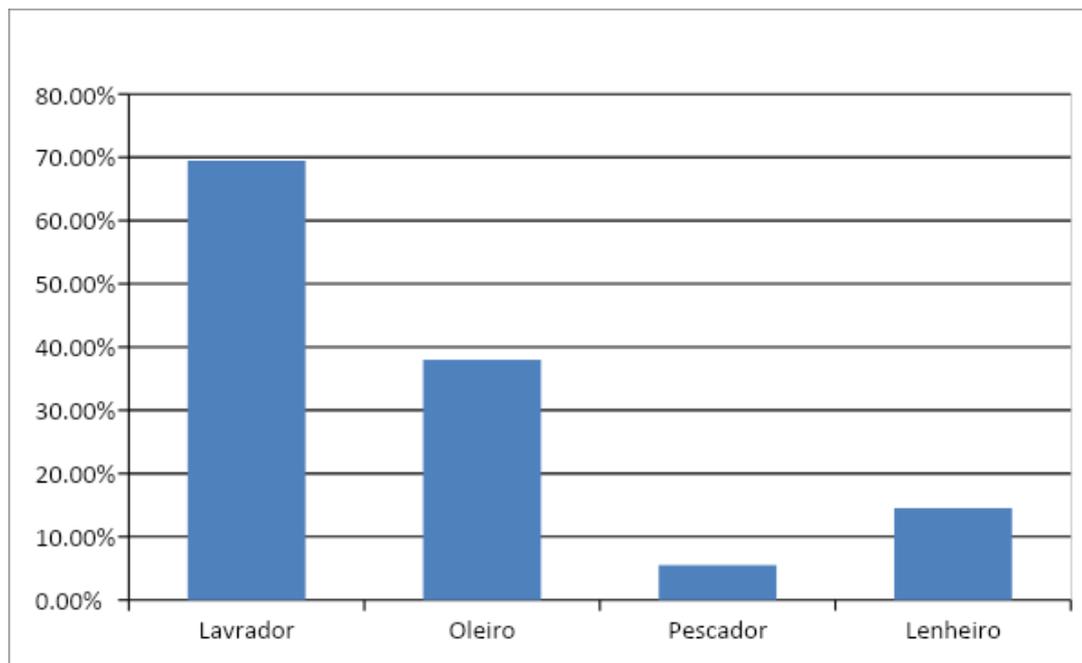
Tabela de profissões	
Profissões	Nº de migrantes
Ferreiro	6
Lenheiro	87
Oleiro	228
Seringueiro	28

Fonte: Alistamento eleitoral ano 1898 Ilha das Onças e Arapiranga

Os dados do alistamento eleitoral do ano de 1898 contém cerca de setecentos nomes de indivíduos residentes na Ilha das Onças e Arapiranga, onde nesta última, lenheiros e oleiros aparecem em maior número. Optamos por destacar na tabela 7 apenas os ferreiros, lenheiros, oleiros e seringueiros para mostrar que, para além dos registros de casamento do cartório da ilha das Onças, outra parte da população das Ilhas (que não estão presentes nos registros de casamento) desempenhavam outras atividades, somando assim com as profissões que aparecem nas certidões de casamento. As informações acerca da profissão desses insulanos (que não aparecem nos registros de casamento) confirmam a presença maciça de trabalhadores desempenhando diversas habilidades no espaço das várzeas, produzindo e desempenhando sua vivência nas Ilhas.

Ao juntarmos os dados das duas profissões com maiores estatísticas de trabalhadores da tabela 6 (com os registros de casamento do cartório da Ilha das Onças) e da tabela 7 (com os dados do alistamento eleitoral do ano de 1898) num único gráfico temos a seguinte composição.

GRÁFICO 3



Na composição final do gráfico 3, percebemos que mesmo com a expressiva presença de oleiros nos arquivos de alistamento eleitoral, os lavradores permanecem em maiores números, fazendo-nos entender que a atividade rurícola era amplamente desempenhada pelos imigrantes das Ilhas, tornando a Ilha das Onças e Arapiranga territórios de produção e incremento agrícola que atendia principalmente as necessidades de abastecimento de Belém.

Observando o quantitativo das profissões, percebemos a diversidade de atividades que estes indivíduos desempenhavam nas várzeas. As águas, a terra e todos os recursos disponíveis para o desempenho do trabalho era usufruído pelos insulanos. Nesse sentido, nota-se o lugar e a importância de cada indivíduo no seu espaço de convivência. A função desempenhada por este, integra-se à rede de utilidades que são necessárias às vivências de determinado grupo populacional nas ilhas.

O trabalho nas Ilhas em muitos momentos apresentava-se arriscado. A rotina de trabalho muitas vezes traria um preço alto para a vida de muitos migrantes. O labor duro nas várzeas, que envolvia o cotidiano dos seringais, dos muitos percursos feitos em canoas de remo e vela, nas serrarias e na coleta de frutos da mata, oferecia riscos para as populações que gradativamente iam se formando nas Ilhas.

Exemplo de uma destas duras atividades era a coleta de açaí, que no início do século XX mostrava-se patente nas Ilhas. É possível observar nos jornais do período, a

ampla comercialização do produto que se fazia presente para o consumo em muitos bairros da capital paraense. Também é possível notar alguns incidentes que ocorriam em virtude desse tipo de atividade. Um destes foi noticiado no jornal *Estado do Pará*, na edição do dia 14 de Novembro de 1913¹³². O título da manchete é: “UM INFELIZ”

Segunda feira passada, foi victima de um desastre que lhe occasionou a morte quasi instantânea, Fernando Felix Ramos, residente no rio Carnapijó, na Ilha das Onças.

O desastre ocorreu ao meio-dia, quando Ramos, trepado a um assahyzeiro, colhia assahy. Encontrando-se no alto da arvore, em dado momento, Ramos perdeu o equilíbrio cahindo bruscamente ao solo. Em consequencia da queda, que foi violenta, produzindo-lhe forte abalo, veiu elle a falecer minutos depois. Seu corpo foi dado à sepultura no dia seguinte, no cemitério de Barcarena.

Apesar de arriscada, a atividade agrícola era também nesse sentido, fundamental para a manutenção das comunidades das Ilhas e no crescimento populacional, haja vista que as relações de trabalho movidas pelos fluxos migratórios contribuía para muitos arranjos matrimoniais.

O estado civil do migrante das Ilhas partia da sua fundamental participação em contribuir com suas habilidades marítimas, pesqueiras e principalmente agrícolas, fomentando o escasso mercado agrícola de Belém. O lugar deste migrante o colocava em nível de importância entre as demais profissões que comumente são julgadas como de maior valor. Sem os trabalhos do homem da lavoura, dos que se dedicavam às atividades pesqueiras, não haveria suprimentos para atender as demandas do mercado de produtos alimentícios existente no período em Belém.

3.3: INSTITUINDO RELAÇÕES: CASAMENTO E UNIÃO FAMILIAR NAS ILHAS

Migrar também poderia representar a possibilidade de arranjo familiar para muitos migrantes, principalmente os solteiros, já que eram maioria. Os registros de casamento do cartório da Ilha das Onças mostram, como já vimos, que 85,5% dos migrantes eram homens solteiros, outros 11,5% eram viúvos e 3,5% eram casados religiosamente. Com relação às mulheres, o percentual de solteiras é um pouco maior: 93% das migrantes eram solteiras, 4% eram viúvas e 3% eram casadas “no religioso”.

¹³² Hemeroteca Digital Brasileira Jornal “*O Estado do Pará*”, 14/11/1913.

Os dados da Tabela 4 e 5 confirma o fato de que a maioria dessa população migrante era muito jovem, e ainda não havia trocado núpcias fundamentando o entendimento de que muitos migrantes contraíram matrimônios nas Ilhas após sua chegada. Essas tabelas mostram a faixa etária do migrante das Ilhas, na qual se evidencia que 65% dos migrantes homens tinham entre 19 e 30 anos de idade, seguido de 91% do percentual da idade das mulheres que tinham entre 14 e 30 anos. Ver dados com detalhes na página 17 e 19.

Outro detalhe a ser observado é que o número de mulheres migrantes é inferior ao dos homens, e isso provoca o aumento da tendência das relações dos migrantes masculinos com as populações caboclas femininas, que já povoavam as Ilhas, construindo relações entre famílias mestiças. É o caso do migrante João Dionizio Teixeira, 22 anos, agricultor e natural do Estado do Rio Grande do Norte, casou-se com a ilhava Tomázia Maria de Moraes, 14 anos, doméstica, paraense residente na Ilha das Onças¹³³.

Elegemos o caso do migrante João Dionizio com a finalidade de mostrar que além da relação tomada entre este migrante nordestino e a paraense Tomázia, da Ilha das Onças, o encontro entre duas culturas, dois sobrenomes familiares, causados por essa união, aponta para a diversidade sociocultural na constituição das populações das Ilhas durante toda a primeira metade do século XX, agregando costumes, ampliando a variação linguística de uma região insulana amazônica que não ficou certamente à margem da história. Neste exemplo de casamento multicultural na Ilha das Onças, vemos acontecer a integração das ilhas na dinâmica internacional de mistura das populações de diversos continentes em função das migrações intercontinentais no final do século XIX e início do século XX¹³⁴.

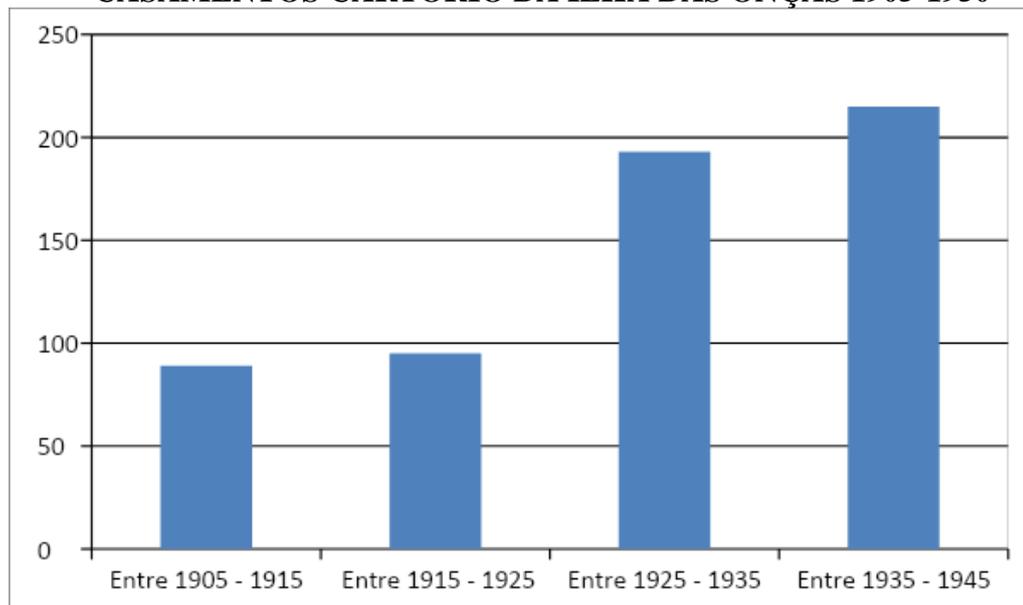
Os registros de casamento do cartório da Ilha das Onças apontam um expressivo crescimento no número de matrimônios desde sua data de fundação (1905) até 1945. O gráfico 4 apresenta a estatística dos casamentos realizados entre 1905 e 1945 neste cartório.

GRÁFICO 4

¹³³ Casamento registrado no Livro B1 nº 12 do cartório da Ilha das Onças.

¹³⁴ NUGENT, Stephen L. **The Rise and Fall of the Amazon Rubber Industry: An Historical Anthropology**. London: Routledge, 2017p. 11-12.

CASAMENTOS CARTÓRIO DA ILHA DAS ONÇAS 1905-1950



Nos dados apresentados pelo gráfico 4, é possível observar o crescimento significativo de matrimônios entre migrantes nas Ilhas. Vemos que entre 1905 e 1925 registrou-se 102 matrimônios nas Ilhas, 108 entre 1915 e 1925, 193 matrimônios entre 1925 e 1935 e 212 entre 1935 e 1945. Através desses dados percebemos que no decorrer de toda a primeira metade do século XX (1905-1950) as uniões entre migrantes insulanos aumentou gradativamente num intervalo de dez anos analisados no gráfico 4. Isso mostra que além do arranjo familiar que muitos praticavam, o migrante melhorou sua qualidade de vida, tendo em vista que para uma população com a maioria dos seus moradores trabalhando nas lavouras de várzea e não dispondo de muitos recursos, casar para muitos poderia ser dispendioso.

Sandra Graham investigou os casamentos envolvendo o universo das criadas no Rio de Janeiro entre o último quartel do século XIX e os primeiros anos do século XX. Graham avalia um número considerável de matrimônios entre as criadas das casas ricas no período estudado por ela. A autora pontua que:

Poderíamos pensar que para os pobres, sem propriedade substancial, o casamento, acarretando uma teia de responsabilidades e restrições legais, listas de ofensas e restrições ou disputas por herança, dificilmente seria algo com que valesse a pena se incomodar¹³⁵. (GRAHAM, 1992).

¹³⁵ GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

A autora avalia que mesmo apresentando-se com pouco poder aquisitivo, as criadas oficializaram matrimônios e conclui que o fato daquelas pessoas pobres casarem-se estava relacionado, justamente, à integração social desses indivíduos em relação à posse de propriedade e ao status de respeitabilidade.

Estudando casamento e família em Belém no último quartel do século XIX, Cristina Cancela¹³⁶ avalia as ações da Igreja e do Estado no fortalecimento dos matrimônios na capital paraense. Segundo a autora:

Em relação à igreja, destacaram-se ações no sentido de se entender e fazer matrimônio chegar a um número maior de pessoas, através do fortalecimento e melhor formação do clero, da preocupação com a divulgação e facilitação das cerimônias de casamento e do estigma do casamento civil.

No que diz respeito ao Estado, consolidou-se um projeto mais abrangente, voltado para normatizar a família centrado na preocupação com o trabalho, a moral e a sexualidade do trabalhador.

Fundamentando a fala de Cristina Cancela a respeito das ações do Estado em relação às famílias, é possível ver em nove registros de casamento do cartório da Ilha das Onças o status de “casado religiosamente”, ou seja, matrimônios que ocorriam geralmente em residências dos pais do noivo, ou de algum familiar, com legitimação apenas da Igreja. Estes casamentos foram “validados” com o registro civil feito no cartório, neste sentido com a anuência do Estado. O caso específico destes nove casamentos ocorridos entre insulanos que foram legitimados com o casamento civil, está estritamente ligado à questão da manutenção da propriedade da qual Graham pontua na sua pesquisa.

Alinhando a fala das duas autoras percebe-se que o casamento assegurava a propriedade familiar e recebia o endosso do Estado e da Igreja como sendo via para que o trabalho, a família e estabilidade do cidadão fosse determinada social e politicamente. Portanto, o ritmo acelerado na qual se dava o aumento de matrimônios entre migrante nas Ilhas, demonstra que as populações de insulanos residentes em Ilha das Onças e Arapiranga não estavam na condição de “meros trabalhadores invisíveis”, mas sim migrantes que estavam conquistando seu espaço social e político, legitimando suas famílias insulanas.

¹³⁶ CANCELA, op. cit. p. 182.

Salienta-se o fato de que a legitimação desses casamentos foi primordial para a memória social das populações ilhavas que se formaram nas várzeas de Arapiranga e Ilha das Onças ao longo da primeira metade do século XX. Foi principalmente por intermédio das certidões de casamento que se tornou possível para esta pesquisa uma investigação das populações das Ilhas do perímetro urbano de Belém.

Por certo que nem todos os indivíduos residentes nas Ilhas no período estudado oficializaram suas uniões, permanecendo na condição de amásios. Muitos nem chegaram a contrair matrimônios, juntavam dinheiro e voltavam para sua terra natal. Outros chegavam na condição de amásios, tiveram filhos e depois de um tempo oficializavam o matrimônio, é o caso de Ignácio Lopes de Araújo e Maria de Nazaré Alves Freitas, ele lavrador, natural do Estado do Piauí, ela doméstica natural do Estado do Ceará¹³⁷.

Os noivos, que migraram para a Ilha das Onças, chegaram na expectativa de trabalhar e construir uma vida naquele lugar. Consta na certidão de casamento de Ignácio e Maria de Nazaré que estes possuíam cinco filhos legítimos reconhecidos por eles no dia do casamento a vinte e cinco de Março de 1937. Ou seja, após longos anos morando juntos nas Ilhas e com os filhos nascidos nesse ínterim qual a necessidade de casar? A partir das informações contidas nesta certidão, é sempre importante lembrar que é até agora subjetiva a razão da chegada desses migrantes nas Ilhas, já que não há um registro oficial da mesma.

O fato de Ignácio e Maria de Nazaré oficializarem sua união nas Ilhas está intimamente ligado à manutenção legal da propriedade e da herança para seus filhos. Isso mostra que o tempo de permanência nas Ilhas, garantiu a estes migrantes certa estabilidade, a posse da terra ou de algum tipo de propriedade adquirida pelos mesmos no decorrer do período de trabalho nas Ilhas. Portanto, o casamento civil e/ou religioso era fundamental no sentido de legitimar os bens, a propriedade dos bens.

Para além dos arranjos matrimoniais, viver nas ilhas representava criar novos relacionamentos entre membros de diferentes comunidades, e não manter o anonimato, pois isso significaria o manter-se excluído social e politicamente. A troca de núpcias torna-se uma grande evidência de que os indivíduos habitantes das Ilhas mantinham contatos entre si, apesar das grandes distâncias entre os seus locais de residência. Os

¹³⁷ Casamento registrado no Livro B6 nº 77 do cartório da Ilha das Onças.

casamentos exogâmicos intercomunitários representavam um percentual expressivo dos registros em cartórios da região insulana. Encontramos a residência dos noivos nas certidões de casamento, e percebemos muitos arranjos ocorrendo entre diferentes comunidades assentadas entre os rios e furos das Ilhas.

Mas há de se pontuar outras formas de relações e convivência entre comunidades de insulanos. É possível notar que a vivência nas Ilhas não estava pautada apenas no trabalho das olarias, dos seringais ou das pequenas lavouras, mas se criava formas de lazer, que se tornavam, portanto, cruciais para favorecimento de relações intercomunitárias insulanas.

O jornal Estado do Pará na sua edição de 19 de Agosto de 1911 traz em uma de suas colunas a seguinte manchete: *Na Ilha das Onças organizou-se um club sportivo, que amanhã fará ali seu festival de inauguração. A directoria do club ficou assim constituída: Franklin Xavier R. de Moraes, presidente; Manoel A. Rodrigues de Moraes, diretor, e Antonio R de Moraes, secretário. (JORNAL ESTADO DO PARÁ, 19/08/1911)*¹³⁸.

A manchete do jornal divulga o festival de inauguração de um clube que se organizou na Ilha das Onças. Na verdade, trata-se do clube de futebol *Laranjeiras* sediado na Ilha das Onças com a presença dos irmãos Moraes¹³⁹ como principais responsáveis. O festival em questão, organizado pelos irmãos Moraes, reunia equipes de diferentes localidades das Ilhas, para a disputa que geralmente envolvia prêmio em dinheiro. Seu Laurival Pantoja, ex-morador da Ilha de Arapiranga, narra com certo saudosismo os tempos em que aconteciam os festivais esportivos nas Ilhas:

“Era uma festa muito grande, o festival reunia vários times da Ilha, e o pessoal disputava a taça e uma quantia em dinheiro. Aquele time vencedor levava o premio. Vinha o time do São Raimundo da Madre de Deus, o Floresta do Furo Grande, e muitos outros. Tinha time que era até rival um do outro”. (Laurival Pantoja, 64 anos).

Através da narrativa de seu Laurival, é possível concluir que as relações entre as populações insulares, ultrapassaram o ambiente do trabalho e dos casamentos

¹³⁸ Hemeroteca Digital Brasileira JORNAL “O Estado do Pará”, 18/06/1911.

¹³⁹ A família Moraes comumente aparece em manchetes do jornal *Estado do Pará*, exercendo influência na Ilha das Onças. Residentes na comunidade Furo das Laranjeiras, organizavam eventos esportivos, seções eleitorais para votações, campeonatos de natação, além de desempenharem funções jurídicas, caso de Manoel Luiz Rodrigues de Moraes, escrivão do cartório da Ilha das Onças.

comunitários locais. Os festivais supralocais promovidos por clubes de futebol locais mostravam o ambiente de uma população que se relacionava em escala regional, se conhecia e partilhava vivências além do espaço territorial local das suas comunidades.

O estado civil do migrante das Ilhas é percebido não apenas pela ótica de sua relação matrimonial, mas de como ele se auto-representa enquanto membro de um grupo populacional, nesse caso, os insulanos da Ilha das Onças e Arapiranga. Podemos notar que cada integrante comunitário, desenvolvendo sua profissão, suas relações de trabalho, lazer e casamento tornava as comunidades das Ilhas um ambiente de trabalho e de convívio suprafamiliar também.

Portanto, nesse capítulo o objetivo foi evidenciar um perfil que caracteriza o migrante das Ilhas, os indivíduos que não ficaram na capital do Pará, mas se estabeleceram nas várzeas insulares amazônicas. Apesar de parcas, acanhadas ou fragmentárias, porém existentes, os registros cartoriais a respeito dos migrantes foram essenciais, como vimos, na construção desses perfis: migrantes trabalhadores, economicamente produtivos, que casavam entre si e construía relações familiares e comunitárias locais e supralocais. Indivíduos que, aliados aos que já povoavam as várzeas antes de sua chegada, fomentaram o processo de ocupação desses espaços insulares.

O resgate dessas trajetórias nos permite refletir sobre a diversidade das populações amazônicas que se constituíram durante toda a primeira metade do século XX, (sejam elas nas ribeiras das Ilhas, no desbravo das matas de terra firme adentro) e para muito além da sua diversidade, nos permite transformar os “homens e mulheres anônimos” em pessoas reais, com trajetórias reais e relacionamentos reais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluir esta dissertação tendo como objetivo principal de através de uma análise crítica, apresentar as dinâmicas de migração entre Belém e sua expressiva fronteira de porção insular (a ilha das Onças e a ilha Arapiranga) na primeira metade do século XX (1905-1950) é um grão de reflexão a ser integrado diante do vasto mar da historiografia amazônica paraense.

Trabalhar envolto das pesquisas sobre deslocamentos migratórios no estuário amazônico, resgatando trajetórias de estrangeiros, nordestinos das migrações internas, e contribuir com a historiografia paraense e amazônica numa perspectiva de introduzir as ilhas em reflexões históricas que contraponha discursos estigmatizantes sobre as mesmas, constitui um desafio não pronto, acabado, mas soma-se a conexões a serem desveladas com a investigação histórica, na qual este trabalho propôs-se a realizar tal desafio. “É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas nas entrelinhas dos documentos (...). Trata-se de reunir dados dispersos e esmiuçar o implícito”¹⁴⁰.

As pesquisas existentes sobre as dinâmicas de migração na Amazônia tem alcançado expressivos resultados a respeito dos milhares de indivíduos que rumaram as terras do Pará na esperança de uma nova vida, um novo lar, uma nova história. Ao trabalharmos com as migrações para Arapiranga e Ilha das Onças, não estamos apenas integrando as ilhas nas reflexões historiográficas, mas também imbuindo a diversidade das populações e seus processos de constituição na Amazônia.

A pesquisa demonstrou através dos registros de casamento do cartório da Ilha das Onças uma dinâmica de migração que contemplou uma lista tríplice sendo: migrações internas (do Pará) migrações nacionais e estrangeiras, o perfil dos indivíduos que migravam para as Ilhas, qual a origem desses indivíduos, suas respectivas idades e profissões, assim como o que motivou esse indivíduo a migrar para a várzea, onde este estabeleceu não apenas relações de trabalho, mas também familiar e comunitária.

De todo modo, a utilização de outras documentações, como inventários de ex proprietários de terras nas ilhas, centenas de recortes de jornais da imprensa paraense do final do século XIX e a primeira metade do XX, relatórios da diretoria de agricultura e

¹⁴⁰ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 13-14

comercio do Pará Seção Barcarena, tomos de registros de terra do acervo de Palma Muniz, além de um repertório de depoimentos orais de ex-trabalhadores, lavradores e moradores de Arapiranga e Ilha das Onças engendraram no arranjo da pesquisa, a percepção de que o espaço insular de Arapiranga e Ilha das Onças era alvo de disputa de latifundiários, industriais e rendeiros, que este território estava intimamente ligado a Belém nas relações de trabalho, no fornecimento de gêneros alimentícios, da construção civil, entre outros.

Ressalta-se que a pesquisa explicitou um processo migratório de estabelecimento, aonde o indivíduo chega (na condição de migrante), desenvolve relações de trabalho e família e, portanto, se fixa na várzea como insulano. Com isso, as fontes possibilitam outro estágio de pesquisa: a vida dos indivíduos migrantes estabelecido nas ilhas, (ainda na condição de rendeiro) na qual ele desenvolve diferentes experiências de trabalho até o momento onde ele reivindica a posse da terra, pois dado a sua permanência na várzea na qual ele não mais se vê como rendeiro ou meeiro, mas proprietário, dono daquele espaço.

Nas palavras de Franciane Lacerda: “Uma tese, não raro, mais do que dar respostas, acaba sendo um ponto de partida para outros estudos que venham se debruçar sobre o tema”. Logo, o sentimento de maior ímpeto ao concluir este trabalho, deságua num sublime desejo de seguir o faro da historiografia no intuito de ampliar as investigações sobre as populações das ilhas, integrando os estudos e reflexões de uma Amazônia viva, diversa e rica em história.

Persegui ao longo deste trabalho, a busca incessante para com o amparo das fontes documentais, rastrear os deslocamentos migrantes para Arapiranga e Ilha das Onças no intuito de resgatar as trajetórias de indivíduos migrantes, num ambiente comumente relegado pela historiografia, mas que se mostrou vivo neste trabalho. De certa forma isso acabou sendo concebível.

Importante registrar que a pesquisa não tem perspectiva de finitude, pelo contrário, tem o intuito, o desígnio de potencializar as narrativas, as histórias de vidas dos agentes históricos envolvidos na investigação, dando visibilidade para o interesse em novas pesquisas de campo que incluam as regiões da Amazônia insular e suas populações nas reflexões historiográficas.

Que a história seja porto seguro, a vela, o mastro e o leme na condução das investigações. Que estas reconduzam percepções, preconceitos, estruturas de

pensamentos ora fundamentadas em impressões que se construíram calcificadas e ressignifique os mesmos à luz da história inquiritória.

FONTES

FONTES MANUSCRITAS

I – CARTÓRIO DA ILHA DAS ONÇAS

Livros B1, B2, B3, B4, B05, B06, B07 de Casamento do Cartório da Ilha das Onças.

II – CARTÓRIO CHERMONT

Escritura pública de arrendamento de terreno na ilha das Onças e a companhia industrial do Brasil

II – CENTRO DE MEMÓRIA DA AMAZÔNIA (CMA/UFPA)

Cartório Ruy Barata/6ª Vara Cível, 1939-1951, 4 documentos.

Cartório Sarmiento/14ª Vara Cível, 1894-1905, 2 documentos.

Cartório Leão/4ª Vara Cível, 1908, 1 documento.

Odon Rossard/ 2ª Vara cível, 1939-1947, 3 documentos.

Santiago/ 1ª Vara cível, 1893, 1898, 2 documentos.

Fabiliano/ 11ª Vara Cível, 1919, 1 documento.

Pepes/ 5ª Vara Cível, 1916, 1 documento.

III – ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ (APEP)

Relatórios da Diretoria de Agricultura e Comercio do Pará Seção Barcarena:

Talonário do imposto territorial 1936 I

Talonário do imposto territorial 1936 II

Talonário Imposto Territorial 1937 I

Talonário do Imposto territorial 1937 II

Talonário do imposto territorial 1938 I

Talonário do imposto territorial 1938 II

Talonário do imposto territorial 1939 I

FONTES IMPRESSAS DIGITALIZADAS

I – HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA

a) Jornais

JORNAL “*O Estado do Pará*”, edição do dia 04/12/1912.

JORNAL “*O Democrata*”, edição do dia 20/07/1890.

JORNAL “*Estado do Pará*” edição do dia 06/06/1912.

JORNAL “*Estado do Pará*”, edição do dia 07/08/1921.

JORNAL “*Estado do Pará*”, edição do dia 05/08/1921.

JORNAL *O Democrata*, em edição desconhecida do ano de 1894.

JORNAL “*Estado do Pará*”, em edição desconhecida do ano de 1898.

JORNAL “*O Estado do Pará*”, edição do dia 14/11/1913.

JORNAL “*O Estado do Pará*”, 18/06/1911.

II – ACERVO DIGITAL DE OBRAS RARAS DO CENTUR

a) Álbuns

Arthur CACCAVONI, *O Pará comercial na Exposição de Paris*. [S.l.:s.n.], 1900, 117 páginas. Endereço eletrônico para consulta: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publicacao/o-para-commercial/>

Álbum do Pará em 1899, na administração do governo de Sua Excia o Senr. Dr. José Paes de Carvalho: parte descritiva do Dr. Henrique Santa Rosa; Photographia e composição de F. A. Fidanza. [s.l. : s.n.] : [18-?]. 159 p. : il. rets, mapas ; 40 cm. Endereço eletrônico para consulta: <http://obrasraras.fcp.pa.gov.br/album-do-para-em-1899>.

b) Tomos

Tomo I e II dos registros de terra de terras catalogados por Palma Muniz.

III – ACERVO DIGITAL DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL UFPA 2.0

a) Indicador ilustrado do Estado do Pará parte II

Composto de um número significativo de fotografias, anúncios e propagandas, dispostas intercaladamente ao longo de suas páginas, esta obra se constitui num precioso material histórico sobre o estado, tanto para pesquisadores como também para amantes e admiradores da história do Pará, fotografia, etc. Endereço eletrônico para consulta: <https://fauufpa.files.wordpress.com/2016/02/indicador-illustrado-do-estado-do-parc3a1-1910-parte-ii.pdf>.

IV – FONTES ORAIS

BOTELHO. Benjamin da Silva. Depoimento [Ago. 2021]. Entrevistador. Enos Botelho Sarmiento. Belém: Bairro Marambaia, 2021. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações em Arapiranga e Ilha das Onças.

SARMENTO. Laurival Pantoja. Depoimento [Mai. 2021]. Entrevistador. Enos Botelho Sarmiento. Barcarena: Bairro Nazaré, 2021. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações em Arapiranga e Ilha das Onças.

SERRÃO. Angelita Souza. Depoimento [Set. 2021]. Entrevistador. Enos Botelho Sarmiento. Barcarena: Ilha Arapiranga, 2021. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações em Arapiranga e Ilha das Onças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. 1ªed.São Paulo: Annablume, 2006.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **A invenção da palavra nordeste e outras artes**. Recife, FJN. São Paulo: Cortez, 1999.

ALVES, F; GONÇALVES, A. C. O; CORNETTA, A; BARBOSA, L. J. G.; MIRANDA, L. M.; ROCHA, J. C. S. Relatório Territorial de Belém e de Abaetetuba. 2015. (Relatório de pesquisa).

ALVES, Fábio, et al., editores. **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Ipea, 2016.

ANGELO-MENEZES, M-N. **Cartas de datas de sesmarias**. Uma leitura dos componentes de mão de obra e sistema agroextrativista do Vale do Tocantins colonial. Belém: Naea, 2000. (Papers do NAEA, n. 151).

ARAGÓN, Luis E., e Alberto Jakob, editores. **Migração internacional na Pan-Amazônia**. UFPA, NAEA, 2009.

ARAGON, Luis Eduardo. **Introdução ao Estudo da Migração Internacional na Amazônia**. Contexto Internacional (PUCRJ. Impresso), v. 33, 2011.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Compendio das eras da Província do Pará**. Belém: UFPA, 1969.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Ed. /, J. Zahar, 2002.

BITTENCOURT, Edgard de Moura. **Concubinato**. 3a ed. São Paulo: Editora Universitária de Direito, 1985.

BRUNO, Regina Angela Landim. **O ovo da serpente**. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CANCELA, C. D. **Casamento e família em uma capital amazônica (Belém 1870-1920)**. 1. ed. Belém: Açáí, 2011. v. 900. 425p.

CANCELA, Cristina Donza; COSME, João Santos Ramalho. Entre fluxos, fontes e trajetórias: imigração portuguesa para uma capital da amazônia (1850-1920). **Estudos Ibero-Americanos**: imigração portuguesa para uma capital da Amazônia (1850-1920), [S.L.], v. 42, n. 1, p. 232, 11 fev. 2016. EDIPUCRS. <http://dx.doi.org/10.15448/1980-864x.2016.1.21580>.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isídio. **Nem sina, nem acaso**: a tessitura das migrações entre a Província do Ceará e o Território Amazônico (1847-1877). 2011. 244 f.

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2011.

CASTRO, F. de. **Economia familiar cabocla na várzea do Médio-Baixo Amazonas**. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. (Org.). *Sociedades caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade*. In Press.

CASTRO, Ferreira de. **A selva: romance**. 39a. ed., Ed. definitiva, Guimarães Editores, 2002.

CHAMBOULEYRON, Rafael. **Povoamento, ocupação e agricultura na Amazônia colonial (1640-1706)**. Belém: Açaí, 2010.

COSTA, Carlos E. C. da. **O registro civil como fonte histórica: contribuições e desafios dos registros civis nos estudos do pós-abolição, Rio de Janeiro (1889-1940)**”, *Veredas da História*, v. 9, n. 1, 2016.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

DERGAN, João Marcelo Barbosa. **História, memória e natureza: as comunidades da Ilha do Combu-Belém-PA**. 2006. 217 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2006. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'ana. **Ilhas e Mares: simbolismo e imaginário**. 1. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. v. 1. 272p.

EDUSC, 2002. Rocha-Trindade, M.B; Caeiro, D. Portugal – Brasil: **Migrações e Migrantes 1850-1930**. Lisboa: Edições Inapa, 2002.

EMMI, Marília Ferreira. **Italianos na Amazônia (1870-1950): Pioneirismo Econômico e Identidade**. 1a. ed. Belém: Editora Universitária UFPA, 2008. v. 1000. p. 148.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses. In: ANAIS DO XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP, Caxambú, Minas Gerais, Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010.

FLANDRIN, Jean-Louis. **O sexo e o ocidente: Evolução das atitudes e dos comportamentos**. São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 53-54.

FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. São Paulo: UNESP. 2002.

FONTES, Edilza. **Preferem-se portugueses(as): trabalho, cultura e movimento social em Belém do Pará (1885-1914)**. 2002. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2002.

GINZBURG, C. **O nome e o como**. In: A micro-história e outros ensaios. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

GRAHAM, Sandra. **Proteção e obediência**: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro (1860-1910). São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GODOI, Emília Pietrafesa de et al., editores. **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias. 1ª ed, Editora UNESP; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

GUIMARÃES, Luiz Antonio Valente. **De chegadas e partidas**: migrações portuguesas no Pará (1800-1850). 2016. 371 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

GUZMÁN, Décio de Alencar. **O Projeto Várzea**: uma história relacional da ciência na Amazônia brasileira (1945-2019). 1ª. ed. Belém: Paka-Tatu, 2022. v. 1. 276p.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos**: O breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 93.

LACERDA, Franciane Gama. **Migrantes cearenses no Pará**: faces da sobrevivência (1889-1916). 2006. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.8.2006.tde-16072007-105321. Acesso em: 2022-06-09.

LE GOFF, Jacques. Prefácio. In: BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.21.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Revista de Saúde Pública**, [S.L.], v. 8, n. , p. 49-90, jun. 1974. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-89101974000500003.p.49-90>.

LIMA, D. M. **Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade**. IN: Ibama. Diversidade socioambiental nas várzeas dos rios Amazonas e Solimões: perspectivas para o desenvolvimento da sustentabilidade / Deborah Lima (organizadora). 2005: 20 – 23.

MAIA, Rosane de Oliveira Martins. **Territorialidades específicas em Barcarena confrontadas com projetos de "desenvolvimento"**. 2017. 321 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2017. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

MAPA DE SUSCEPTIBILIDADE À EROSIÃO DAS TERRAS DO MUNICÍPIO DE BARCARENA, ESTADO DO PARÁ» (PDF). Repositório de Informação Tecnológica da Embrapa. 2002. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/992124/1/ErosoadoMunicipiodeBarcarenaDoc.1552003.pdf>. Consultado em 23 de maio de 2023.

MARAJÓ, Barão de. **As Regiões Amazônicas** – Estudos chográficos dos Estados do Pará Amazonas. Belém: Secretaria de Estado e Cultura, 1992. 2ª Edição.

MARCÍLIO, M.L. (1986). **Caiçara: terra e população**. Estudo de Demografia Histórica e da História Social de Ubatuba. São Paulo: Paulinas/CEDHAL.

MEIRELLES, J. (2015). **Belém Ribeirinha**. *Instituto Peabiru*, 21.

MIRANDA, Leila Mourão. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor e Engenho**, [S.L.], v. 9, n. 2, p. 81, 24 jun. 2015. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/lobore.v9i2.8635579>.

MOURÃO, LEILA. Memórias: histórias da indústria e do trabalho na Amazônia paraense. 01. ed. CAMPINAS: Librum Soluções Editoriais de Campinas, 2018. v. 300. 250p.

MOREIRA, Eidorfe. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária/UFPA, 1966, 174 p.

NUGENT, Stephen L. **The Rise and Fall of the Amazon Rubber Industry: An Historical Anthropology**. London: Routledge, 2017.

O'CONNOR, L. and KOLIPAKAN, V. “**Human migrations, dispersals and contacts in South America**”, in: O'CONNOR L.; MUYSKEN, P. (eds). *The Native Languages of South America*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A prática da pistolagem nos conflitos de terra no sul e no sudeste do Pará (1980-1995)**. *Territórios e Fronteiras (UFMT. Online)*, v. 8, p. 230, 2015.

PEREIRA, Miriam Halpern, e Maria Helena Ribeiro da Cunha. **A política portuguesa de emigração (1850-1930)**. Ed. Brasileira, EDUSC ; a [Portugal] : Instituto Camões, 2002.

RIBEIRO, Marcela Arantes. **No espelho das águas: um lugar ribeirinho no Rio Madeira**. 2010. 158f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2010.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. **Refluxos da Emigração Portuguesa para o Brasil**. *Análise Social*, vol. XXII (90), 139-156, 1986-1º, 139 – 156.

SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800 – 1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré. **A “Galícia” paraense: imigração espanhola em Belém do Pará (1890-1910)**. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado; CHAMBOULEYRON, Rafael. (Orgs.). *Tópicos de História: gente, espaço e tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010. p. 201-218. v. 1.

SILVA, R.O. (2011). **Pesquisa de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas: Açaí**. instituto Peabiru, 64.

SILVEIRA, M.; MARQUES, F. **Relatório final do projeto**: levantamento de potencialidades arqueológicas e históricas na área dos municípios de Barcarena e Abaetetuba, PA. Belém: MPEG, 2004.

SMITH JÚNIOR, Francisco Pereira. **Imigração espanhola na Amazônia**: as colônias agrícolas e o desenvolvimento socioeconômico do Nordeste paraense (1890-1920). 2012. 212 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido.

SMITH JÚNIOR, Francisco; GARVÃO, Rodrigo. A imigração subsidiada: os contratos para introdução de espanhóis no Pará. **Revista Crítica Histórica**, [S.L.], v. 6, n. 11, p. 174-195, 2015. Universidade Federal de Alogos. <http://dx.doi.org/10.28998/rchv16n11.2015.0010>.

SOARES, Karol Gillet. **As formas de morar na Belém da Belle-époque (1870-1910)**. 2008. 247 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2008. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

STONE, Lawrence. Prosopografia. **Revista de Sociologia e Política**, [S.L.], v. 19, n. 39, p. 115-137, jun. 2011. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782011000200009>.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Em busca das “patacas”**: patrimônio de portugueses na economia da borracha (Belém, 1840-1930). 2016. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2016. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

TAVARES, Anndrea Caroliny da Costa. **Partindo mais ou menos pobre, voltando mais ou menos rico** - A emigração de aveirenses ao Pará (1882-1918), Ano de obtenção: 2021. 2021. 317 f. Dissertação (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2021. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia**: expansão e decadência, 1850-1920. São Paulo: Editora Hucitec; EDUSP, 1993.